



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Presencial)  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**FILIPA DA COSTA PINTO**

**TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES PARA O TIMOR-LESTE**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL**

**2017**

**FILIPA DA COSTA PINTO**

**TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES PARA O TIMOR-LESTE**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Administração Pública de modalidade presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como parte da exigência do currículo do curso para obtenção de grau bacharel em Administração Pública.

**Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL**

**2017**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

P726t Pinto, Filipa da Costa.

Turismo como desenvolvimento: desafios e possibilidades para o Timor-Leste. / Filipa da Costa Pinto. – Redenção, 2017.

68 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profª. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

Inclui figuras e referências.

1. Timor-Leste – História. 2. Timor-Leste – Política e governo. I. Título.

CDD 959.86

---

**FILIPA DA COSTA PINTO**

**TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES PARA O TIMOR-LESTE**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 26/06/2017

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição**  
**Orientadora**

---

**Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini**  
**Membro**

---

**Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares**  
**Membro**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho a toda minha família, ao meu pai Filipe Freitas Gama, minha mãe Maria Cipriana da Costa, minha irmã Edite Tavinha da Costa Guterres e meu irmão Nelson Antônio Faria que sempre me apoiam nos estudos desde o início até o presente momento.

## AGRADECIMENTOS

No princípio, agradeço a Deus pelo dom de vida, amor, paz e saúde que me fortalece e me guia ao longo do meu percurso acadêmico, principalmente na realização do presente trabalho desde o início até sua conclusão. Agradeço pela gratidão de Deus pelas ideias e conhecimentos que adquiri durante todo esse tempo. Sou muito grata pela guia que recebi do Pai em cada passo-a-passo na elaboração e desenvolvimento do presente trabalho.

Aos meus pais, Filipe Freitas Gama e Maria Cipriana da Costa por serem verdadeiros heróis em cuidar, amar e dar carinho em todos os momentos da minha vida. Agradeço também à minha irmã Edite Tavinha da Costa Guterres com o seu marido Nazário Jacinto Correia e ao meu irmão Nelson António Faria por terem me apoiado principalmente na minha fase de estudo no pré-secundário e no secundário.

À minha orientadora, professora Eliane Barbosa da Conceição, por ter me direcionado em todos os processos da construção do presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Agradeço de todo coração por sua dedicação sobre este trabalho, pela disponibilidade do tempo para a troca de ideias, por correções do conteúdo do trabalho, pela sua atenção nos momentos da necessidade na construção de ideias e pela motivação para que esse trabalho se tornasse uma espécie de contribuição para a comunidade acadêmica de forma geral e, sobretudo à sociedade timorense como foco principal.

Minha gratidão à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia-Afro Brasileira (UNILAB), pelo acolhimento e pela oferta dos recursos acadêmicos para facilitar os meus estudos e garantir a minha permanência nesta universidade durante os cinco anos da minha graduação. Dedico os meus agradecimentos especiais às pessoas queridas como Diogo Freitas da Silva, o acessor da Universidade de Timor Leste (UNTL), professora Jacqueline Ferreira e Sr. José Veríssimo. São vocês que batalharam bastante para que eu conseguisse realizar meus sonhos de estudar nesta universidade. Meus agradecimentos aos professores que dedicaram seus tempos para transmitir os conhecimentos, aos técnicos administrativos que facilitaram todo o processo administrativo dos meus estudos, aos terceirizados e ao pessoal da limpeza. Não me esqueço também dos meus companheiros e minhas companheiras da luta. Obrigado por serem sempre disponíveis para compartilhar seus conhecimentos comigo no decorrer do percurso acadêmico nesta casa. Tudo isso contribuiu de forma gratificante na minha formação profissional e no meu desempenho na preparação para soluções dos problemas relacionados à minha área de estudo. A minha gratidão aos tutores juniores por terem me auxiliado ao longo do desenvolvimento do presente trabalho.

Agradeço também ao Ministério da Educação de Timor-Leste e à Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) que me deram oportunidade para adquirir ciência e experiência acadêmica fora do país. Agradeço de forma especial ao Ministério da Educação de Timor-Leste pelos diversos tipos de apoios que me ofereceu durante os meus estudos na UNILAB.

Minha gratidão aos meus amigos timorenses que estão sempre comigo lutando pela mesma vitória e um mesmo objetivo nesta universidade, pela motivação nos momentos mais difíceis na vida cotidiana e acadêmica. De modo especial eu gostaria de agradecer o meu amigo Mario da Costa Marçal que também contribuiu bastante no desenvolvimento do presente trabalho.

## EPÍGRAFE

*Somos o que fazemos para mudar o que fomos!*

Rosa de Saron

## RESUMO

Define-se o turismo como o deslocamento de pessoas para diferentes lugares fora do local de sua residência, podendo tal procedimento se estender por um período mínimo de 24 horas e máximo de 1 ano. A política pública de turismo pode ser vista como uma ação governamental que compreende um conjunto de interações, diretrizes e estratégias no âmbito do poder público, objetivando o alcance de determinadas metas previamente estabelecidas, tendo como beneficiários as pessoas envolvidas neste processo como, por exemplo, os receptores e os visitantes. Em relação ao Timor-Leste, que é um país em desenvolvimento, que apenas recentemente conquistou sua autonomia, o Estado elaborou, com a participação da sociedade, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED). O plano estabelece uma série de metas, para os mais diversos setores, que visam impulsionar o desenvolvimento do país. O propósito do presente trabalho é analisar a política de turismo prevista no capítulo de desenvolvimento econômico do PED, examinando como as metas traçadas no âmbito dessa política, buscando informações e mobilizando conhecimentos que fundamentarão a análise das ações e programas voltados para o turismo. Para alcançar tal objetivo, o trabalho adotou como abordagem teórico-metodológico a chamada análise de políticas públicas, conforme sugerido pelo Leonardo Secchi (2013; 2016) e Marta Farah (2011; 2016). No referencial teórico dialogou com autores que escrevem sobre o turismo e a política de turismo a partir de uma perspectiva crítica, especialmente porque destacam os impactos negativos que o turismo pode exercer sobre áreas ambientais e grupos humanos. A motivação que levou à realização da presente pesquisa foi a visão de que a política do turismo prevista no PED devesse beneficiar a própria sociedade timorense, trazendo o desenvolvimento local e assegurando a qualidade de vida e do meio ambiente através da preservação dos recursos naturais existentes do país. Os resultados da pesquisa sugerem que a política de turismo do Timor-Leste escolheu caminho diverso da proposta pela literatura crítica e que, diante disso, o Estado deve pensar em outras formas de turismo, diferentes das práticas existentes. A política do turismo para Timor-Leste deve assegurar a qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, além de aumentar a renda e a movimentação das atividades econômicas.

**Palavras-Chave:** Timor-Leste, Política Pública, Turismo, Desenvolvimento Local, Beneficiamento.

## ABSTRACT

Tourism is defined as the movement of the people to different places outside of their residence, which may extend for a minimum period of 24 hours and a maximum of 1 year. Public tourism policy can be seen as a government's action consisting of a set of interactions, guidelines and strategies within the scope of public government, , aimed at achieving certain predetermined goals, having as beneficiaries of people involved in this process, for example, recipients and visitors. Related to Timor-Leste, which is a country in developing process, which only recently gained its autonomy, the State elaborated, with the participation of the society, the Strategic Development Plan 2011-2030 (PED). The plan establishes several goals, for the most diverse sectors, that aim to foster the development of the country. The purpose of the present work is to analyze the tourism policy predicted in the economic development chapter of the PED, examining how the goals set in the scope of this policy, seeking for the information and mobilize the skills that will be the basis of the analysis of actions and programs for tourism. To achieve this goal, the work adopted as a theoretical-methodological approach the so-called public policy analysis, as suggested by Leonardo Secchi (2013; 2016) and Marta Farah (2011; 2016). It was held in the theoretical framework a dialog with authors who write about tourism and tourism policy from a critical perspective, especially since they highlight the negative impact that tourism can have on the environment and the community. The motivation leading to the realization of this research is the view that tourism policies planned PED should benefit East Timorese people itself, bringing local development and ensure the quality of life and the environment through the conservation of the country's existing natural resources. The results of the research indicate that East Timor's tourism policy has chosen different path from that proposed by critical literature and, thus, the State must think of other forms of tourism that differ from existing practices. The tourism policy for Timor-Leste should ensure the quality of life of local communities, promoting the development, preserving natural resources and the environment, and in addition, is to increase the incoming and the movement of economic activities.

**Key words:** Timor-Leste, Public Policy, Tourism, Local Development, Benefit.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas.....	18
Figura 2 – Timor-Leste com a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.....	23
Figura 3 – Divisão do Timor-Leste em Municípios.....	24
Figura 4 – Cristo Rei de Timor-Leste.....	29
Figura 5 – Bee Manas Marobo.....	30
Gráfico 1 – Timor-Leste: Taxa de Desemprego.....	31
Gráfico 2 – Chegada de Turistas a Timor-Leste, 2009 a Março de 2011.....	51
Quadro 1 – Impacto Sociocultural do Turismo.....	35
Quadro 2 – Principais Impactos Ambientais do Turismo.....	36
Tabela 1 – Resultado da Pesquisa do <i>Centre For Insight in Survey Research</i> .....	32

## LISTA DE SIGLAS

APA'S – Áreas de Proteção Ambiental

APP'S – Áreas de Proteção Permanente

CAVR. – Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação

CIT – Centro de Informação do Turismo

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

IDL – Iniciativa de Desenvolvimento Local

INTERFET – *International Force for East Timor*

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

PUND – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDTL – República Democrática de Timor-Leste

SEPFOPE – Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego

TGS – Teoria Geral de Sistemas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Percurso da Pesquisa .....	15
1.2 Aspectos Metodológicos.....	17
1.3 Estruturas do Trabalho.....	20
2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE .....	21
2.1 Contexto Histórico e Geográfico do País .....	21
2.2 Contextualização do Desenvolvimento Turístico do País .....	24
2.3 Os Pontos Turísticos do Timor-Leste.....	27
2.4 Problemas Públicos do Turismo .....	30
2.4.1 Mercado de trabalho e emprego .....	30
2.4.2 Infraestrutura e urbanização na base do desenvolvimento local.....	32
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DE TURISMO.....	33
3.1 Conceito Teórico, Processo e Impacto de Turismo.....	33
3.2 Planejamento de Turismo .....	38
3.3 Quem são Beneficiados da Política de Turismo (Público-alvo).....	42
3.4 Desenvolvimento Local.....	45
4 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DO TIMOR-LESTE.....	50
4.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor de Turismo .....	50
4.1.1 Zona turística oriental .....	53
4.1.2 Zona turística central .....	54
4.1.3 Zona turística ocidental.....	55
4.2 Caminhos Possíveis da Política de Turismo para o Desenvolvimento do Timor-Leste.....	56
4.2.1 Política de turismo com base de desenvolvimento local .....	56
4.2.2 Os timorenses são beneficiados pela atividade de turismo .....	59
4.2.3 A sustentabilidade da política de turismo e preservação de meio ambiente.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS .....	65

## 1 INTRODUÇÃO

A política de turismo é uma das políticas públicas realizadas pelos diversos atores para geração de emprego e renda, movimentação econômica e aceleração do crescimento econômico. O turismo compreende as atividades realizadas pelos indivíduos através de viagens, com duração mínima de um dia e no máximo de um ano. Decorrem da viagem uma série de atividades que engloba lazer, negócio, divertimento, entre outras ações. Porém, embora a presença de turismo beneficie grande parte da sociedade (geração emprego, melhoria das infraestruturas e aumentando a renda das pessoas), este setor também pode prejudicar ou apresentar danos tanto para comunidade quanto à natureza em seu redor.

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL)<sup>1</sup> é uma nação que apenas recentemente conseguiu sair dos conflitos pela libertação se constituir enquanto nação autônoma. A colonização se estendeu desde 1515 a 1999. Apesar disso, o país somente veio a se torna democrático e independente em 2002. A partir então, o Estado timorense começou a planejar e elaborar planos, programas, e políticas para atender as demandas do seu povo, isto é, na melhoria de condições de vida do seu povo para chegar a uma nação próspera. Para chegar este objetivo de prosperidade, foi elaborado um plano de desenvolvimento para dar respostas aos problemas encontrados depois da saída dos países estrangeiros do território timorense. No entanto, o primeiro plano não deu conta a sua resposta. O motivo alegado pelos governantes foi de que as demandas e necessidades do país seriam muito maiores do que os dos recursos disponíveis, além de admitirem que algumas falhas ocorreram na execução do plano.

Dessa forma, o Estado timorense junto com sua sociedade, elaborou um novo plano, denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 2011 a 2030, que um novo olhar sobre os caminhos para o desenvolvimento para o país. Um plano que pretende levar o Timor, em até vinte anos, a ser uma nação mais forte e próspera, inspirada pela mudança, pensar num melhor futuro e um plano que enfatiza ao desenvolvimento econômico, da infraestrutura e de capital social.

O setor de turismo é um dos componentes de desenvolvimento econômico, previsto no PED, em que o país apresenta pelas suas belezas naturais, rica de história e patrimônio cultural. Sendo assim, o plano visa fomentar a atividade de turismo para atrair as pessoas

---

<sup>1</sup> Timor-Leste é um país localizado no sudeste asiático, na linha fronteira marítima com Austrália e terrestre com Indonésia. Um dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

(turistas) a visitar o Timor Leste, o que contribuirá, segundo a visão do plano, para o desenvolvimento econômico do país. O que sabemos, no entanto, é que a política de turismo pode ou não contribuir para o desenvolvimento de um país. Se essa política de turismo timorense previsto no PED (2011-2030) for executada de modo adequado, ela poderá contribuir para o desenvolvimento à nação.

O problema encontrado pela ausência da política de fomento ao emprego e à geração de renda e a política de turismo pode assim ser considerado, leva a sociedade timorense ao maior nível de desemprego, desde que o país conquistou sua independência. Desde então, os timorenses estão procurando o mercado de trabalho para financiar suas necessidades básicas, principalmente os jovens, com alguns deles se vendo obrigado a sair para países estrangeiros em busca do emprego. Além disso, por falta de políticas dessa natureza, o país não apresenta o desenvolvimento de infraestrutura e urbanização, com base no ideário do desenvolvimento local, o que leva a sociedade nos municípios, principalmente nas áreas remotas, a viverem em condições precárias de infraestrutura para sua sobrevivência. Pois a política turística pode contribuir através das receitas geradas pela atividade, em que os governos locais possam investir nas infraestruturas e saneamento básico.

O objetivo do presente trabalho é analisar o plano de desenvolvimento econômico na área de turismo inserido no PED de Timor Leste de 2011 a 2030, examinado, com base na literatura sobre políticas de turismo e desenvolvimento local e territorial, se a política de turismo prevista no plano é viável para contribuir para o desenvolvimento do Timor Leste ou não. Para atingir tal objetivo, examinar-se os problemas socioeconômicos enfrentados pelo Timor que poderiam ser solucionados, pelo menos em parte, com a implantação de uma política de turismo. Em obediência à lógica por trás do método de análise de políticas públicas esboçado acima, busca-se auxílio nas literaturas sobre desenvolvimento de atividade turística. A ideia é mobilizar essa base teórica na busca de conhecimento necessário para analisar a solução desenhada pelo governo timorense, esboçada no Plano Estratégico de desenvolvimento (2011-2030).

O presente trabalho parte de duas proposições: a) em relação ao desenvolvimento local, percepção de que a política de turismo deve beneficiar a própria sociedade timorense. b) em relação ao desenvolvimento sustentável, a visão de que a política de turismo deve ser sustentada, ou seja, deve apresentar-se de maneira não agressora o meio ambiente.

## 1.1 Percurso da Pesquisa

A elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se iniciou pela escolha do tema desde ano de 2016. No começo, o tema do trabalho a ser elaborado foi a “Análise de Lei Pensão Mensal Vitalícia dos Deputados em Parlamento Nacional de Timor-Leste”. É um tema que se trata a respeito dos benefícios do Estado aos corpos legislativos que representam o povo no órgão legislativo do país (Parlamento Nacional). O trabalho que objetivou a conhecer o processo deste benefício, analisando os motivos que se deu para criação de lei pensão mensal vitalícia, examinando a expectativa do povo timorense sobre a lei.

O trabalho se desenvolveu a partir deste tema por alguns meses, em análise das principais teorias sobre os benefícios para agentes governamentais, conforme sua contribuição do trabalho, principalmente na análise do sistema aposentadoria brasileira, como por exemplo, o sistema de previdência social. O intuito de estudar o sistema presidencial brasileiro é para a compreensão do processo de recebimento dos benefícios, quando um agente termina seu mandato e pela sua contribuição ao longo do trabalho. A partir disso, comparando com a realidade timorense como foco de estudo sobre a lei pensão vitalícia.

No entanto, o trabalho não se-desenvolveu como era esperado por questão de falta das referências que tratam da pensão vitalícia realizada em Timor-Leste além de tantos outros problemas relacionados ao tema. Deste modo, a orientadora junto à pesquisadora, decidiram a escolher outro tema para o desenvolvimento do TCC. A professora orientadora auxiliou na busca das informações fundamentais como, por exemplo, a base teórica e referências bibliográficas do trabalho. Sendo assim, foi decidido um tema que aborda questões relacionadas ao turismo. Essa escolha foi feita levando em consideração a realidade atual das políticas socioeconômica de Timor Leste, tendo em vista que a sociedade timorense, junto com os dirigentes do país, está passando por um processo de planejamento político para a implementação do desenvolvimento do setor de turismos do país.

A escolha do novo tema baseou-se no fato da análise dos planos e programas governamentais do Timor-Leste. Notou-se, a partir disso, que o setor turismo pode ser considerado como uma das políticas públicas atrativas no contexto do socioeconômico do país. Desta forma, o título do presente TCC foi definido como “Política Pública para o Desenvolvimento do Turismo em Timor-Leste”, que aborda as questões referentes ao turismo e seus problemas identificados. Esta mudança de tema foi feito no mês de setembro de 2016.

Após a escolha do novo tema, o trabalho começou a ser desenvolvido, iniciando com a pesquisa das referências teóricas, dos dados e documentos que tratam do turismo em Timor-Leste. Assim a pesquisa vem a ser intensificada até novembro de 2016. No início de dezembro do mesmo ano, foi decidido junto com a professora orientadora o método a ser utilizado no desenvolvimento e na estrutura a ser adotado para a construção do trabalho.

No início do mês de janeiro de 2017, continuou-se o aprofundamento da pesquisa para intensificar os objetivos e análise dos dados sobre turismo em Timor-Leste, examinando assim o que foi previsto pelo Estado timorense no plano referente ao setor turismo do país e os caminhos a serem adotados para a implementação destas políticas. Vale ressaltar que as ideias principais foram descobertas e desenvolvidas ao longo da realização da pesquisa junto com a orientação da professora Eliane.

O processo da orientação acontece ao longo de toda a trajetória da construção do presente trabalho desde a sugestão para fundamentação teórica até às análises e discussões sobre o assunto em questão pelos diversos autores. Cada fase do desenvolvimento sempre foi encaminhada para a professora orientadora para fins de verificação e da construção da sequência lógica do trabalho. A consulta com a professora orientadora foi intensificada principalmente na fase do desenvolvimento no tocante ao tema que aborda o turismo desenvolvido pelas diversas nações no mundo, examinando assim os autores acadêmicos que tratam a respeito de turismo de maneira diferenciada pela busca de soluções criativas no setor do turismo da atualidade, além de avaliar tantas outras questões que devem ser desenvolvidas na atividade turística.

Para agilizar a construção do presente trabalho foi necessário o auxílio dos tutores juniores<sup>2</sup> no Programa de Bolsas para Tutores Acadêmicos. Este processo acontece a partir de fevereiro de 2017. A correção do texto foi realizada de forma irregular conforme a necessidade do trabalho desde que haja concordância entre o (a) tutor (a) e a pesquisadora.

Após passar pelas correções dos tutores, para cada finalização de etapas conforme descritos no cronograma, o trabalho é enviado à orientadora para ser analisado, melhorando assim as ideias o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, espera-se que não haja desvios na sequência lógica assim como nos procedimentos da construção do trabalho. Os encontros com a orientadora foram feitos de maneira irregular, conforme a necessidade da pesquisadora principalmente para o esclarecimento sobre as dúvidas, os procedimentos, algumas

---

<sup>2</sup> Tutores Juniores são os estudantes que integram o Programa Pulsar, contribuindo para o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação da Unilab, no formato de tutoria.

alternativas do percurso de trabalho além de tantas outras questões a serem resolvidas para fins da melhoria do próprio trabalho.

Contudo, após passar por todos esses longos processos, o trabalho foi concluído e conforme previsto pelo calendário acadêmico da UNILAB, a defesa deste trabalho deve ser realizada no mês de junho de 2017, com a participação dos professores componentes da banca avaliadora.

## 1.2 Aspectos Metodológicos

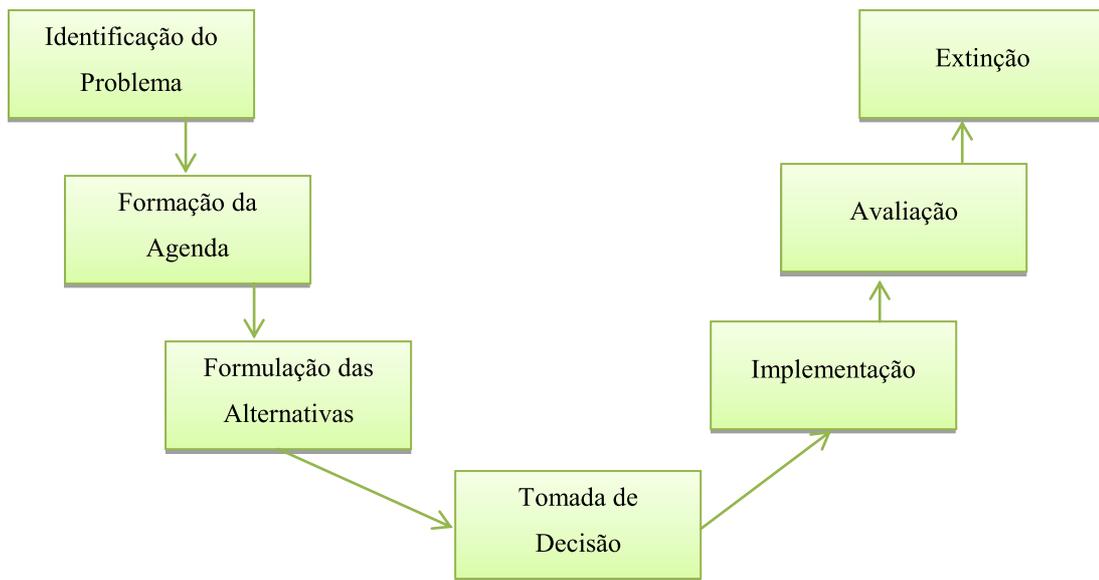
A elaboração do presente trabalho utiliza-se da abordagem teórico-metodológico análise de política pública, baseada-se nos livros de Leonardo Secchi e dos artigos de Marta Ferreira Santos Farah. Dos livros de Secchi, o trabalho se baseia na Política Pública: conceitos, esquemas de análise, casos práticos (2013) e Análise de Política Pública: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções (2016). Já nos artigos de Farah, o trabalho se foca na Administração Pública e Política Pública (2011), e Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas” (2016). A proposta deste método é mobilizar as ideias e informações a respeito de problemas públicos identificados na busca de alternativas para sua solução.

A política pública segundo Secchi (2013, p. 2) é definida como “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. A partir deste conceito, a política pública só pode acontecer na medida em que existem problemas públicos, ou seja, problemas que afetam grande parte da sociedade. Sendo assim, o analista de política pública deve buscar informações necessárias, analisando os problemas encontrados e suas causas, apresentar possíveis respostas e adotar medidas para resolver estes problemas. Para Secchi (2013), a política pública tem dois elementos básicos, tais são: intencionalidade e resposta de um problema, ou seja, o motivo pela realização de política pública e tratamento e resolução de um problema público que pode compreender como coletividade.

A análise de política pública é considerada como uma “[...] atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problema público” (SECCHI, 2016, p. 1). Segundo mesmo autor, o método visa “[...] melhorar o processo decisório público como o uso de métodos e técnicas de análise de problemas (*problem analysis*) e análise de soluções (*solution analysis*) para auxiliar nas decisões e na estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas”.

A função de análise de política pública se classifica em duas etapas: a) análise de problema, que é feita para sistematização dos fatos acontecidos e que levam a necessidade de buscar uma solução e b) análise de solução é uma resposta elaborada para responder os problemas. De acordo com Secchi (2013; 2016), a análise de uma política pública pode-se realizar a partir de um ciclo de políticas públicas ilustrado na próxima figura.

**Figura 1: Ciclo de Políticas Públicas**



Fonte: Leonardo Secchi (2013, p. 43)

A figura anterior revela o ciclo de análise de políticas públicas que, para fins didáticos, é apresentado em etapas sequenciais, que podem ser consideradas no momento em que se busca resolução para problemas públicos. Tais etapas são: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção da política pública.

A primeira fase deste ciclo que se denomina identificação do problema tem como fonte principal uma contradição, ou seja, uma situação real que se mostra distante da situação desejada. Em geral, a identificação é “[...] feita pelos próprios grupos afetados pelo problema, ou pelos meios de comunicação quando fazem denúncias de situações alarmantes ou de oportunidade de melhora, ou por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade pela causa” (SECCHI, 2016, p. 28).

A formação de agenda é considerada como segunda etapa do ciclo de política pública. Esta formação que leva a existência de propagação das concepções dos autores e

grupos da comunidade, englobando sociedade civil, políticos, formadores de opinião, mídias e governos, que levam o problema público a necessidade do seu tratamento. Segundo Secchi (2016, p. 28), quando “[...] o analista de política pública recebeu a demanda de análise de política pública é porque um problema público foi identificado e entrou na agenda de algum ator político, seja ele o governante, o político, um grupo empresarial, um sindicato ou um meio de comunicação”.

A formulação de alternativa é o terceiro ciclo de política pública, em que se busca possíveis soluções para o enfrentamento do problema público identificado. O processo de formulação das alternativas “[...] passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução” (SECCHI, 2013, p. 48).

A quarta etapa deste ciclo é tomada de decisão, o momento em que o analista escolhe os caminhos possíveis a serem tomados como alternativa para resolução dos problemas detectados. A implementação da política pública (quinta fase de ciclo) é um resultado esperado a ser executado para responder os problemas apresentados na agenda pública. Depois da implementação a política pública, a próxima fase é a avaliação de política pública (sexta fase de ciclo) que tem por objetivo de verificar se a política consegue, ou não, dar resposta aos problemas detectados. Caso os problemas públicos tenham sido resolvidos por meio das políticas elaboradas, o processo de política pública finaliza seu ciclo que chamado extinção (último ciclo da política pública).

Em sua obra intitulada *Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”*, Marta Farah (2016), a reconstrói o percurso de análise de política pública brasileira. A autora considera que a análise de políticas públicas implica a geração e mobilização das informações e conhecimento para política em que inclui alguns aspectos, que são: “[...] a) tipo de *conhecimento* mobilizado para subsidiar a política; b) *locus* onde a atividade de análise se realiza; c) *atores* e *instituições* envolvidas; d) *audiência* a que se destina a análise e e) *metodologia* adotada” (FARAH, 2016, p. 961).

Como vimos, o objetivo do presente trabalho é analisar o plano de desenvolvimento econômico na área de turismo inserido no PED de Timor-Leste de 2011 a 2030, examinando, com base na literatura sobre políticas de turismo e desenvolvimento local e territorial, se a política de turismo prevista no plano é viável para contribuir para o desenvolvimento do Timor-Leste ou não.

Para atingir tal objetivo, examinar-se os problemas socioeconômicos enfrentados pelo Timor que poderiam ser solucionados, pelo menos em parte, com a implantação de uma política de turismo. Em obediência à lógica por trás da análise de políticas públicas esboçado acima, busca-se auxílio na literatura sobre desenvolvimento de atividade turística. A ideia é mobilizar essa base teórica na busca de conhecimento necessário para analisar a política de turismo desenhada pelo governo timorense, esboçada no Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030). Quanto às técnicas de pesquisa utilizadas, o trabalho pode ser classificado como pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é feita partir de consulta de obras, que já tenham sido publicadas em livros e artigos científicos, relacionadas ao assunto tratado no estudo. E a pesquisa documental é feito por meio do exame de documentos oficiais, tais como leis, normas e documentos oficiais do governo e faz uma discussão com as literaturas de política de turismo, bem como a literatura sobre o desenvolvimento de turismo de João Gabriel Pinheiro Hüffner (2011) e Organização Mundial de Turismo – OMT (2011). Os procedimentos são escolhidos, pois o estudo é acerca do fenômeno que esta acontecendo no Timor-Leste, sendo assim facilita a sua viabilidade, ao respeito da coleta de documentos podem ser adquiridos através da pesquisa online principalmente no site oficial do governo.

A coleta de dados nos documentos oficiais é o que caracteriza pesquisa documental. Para isso, o pesquisador seleciona os documentos que contêm dados que têm relevância para a pesquisa. Para esse estudo foram escolhidos principalmente os documentos que têm a ver com o turismo e desenvolvimento. Nesse caso, o pesquisador consultou os documentos elaborados e publicados em seus originais, como procedimentos legais, normas que se trata a questão de turismo realizado em Timor-Leste.

Para Silva et. al (2009) nesta parte de pesquisa, o pesquisador descreve e o conteúdo dos documentos a fim de interpretar as mensagens nele contidas, buscando assim dar a resposta à problemática que motivou a pesquisa, dessa forma contribuirá com a produção de conhecimento.

### **1.3 Estruturas do Trabalho**

O desenvolvimento do presente trabalho se divide em cinco seções subsequentes. Na primeira seção, tratada acima, apresentam-se os objetivos, metodologia e justificativa na elaboração do trabalho. Na segunda seção, mostra-se o contexto histórico geográfico e processo de desenvolvimento das atividades de turismo realizado pelos vários atores em

Timor-Leste. Além de apresentar os pontos principais de turismo existente no país, em que pode os aproveitar para cobrir a necessidade dos timorenses, nesta seção ainda revela os problemas detectados pela ausência da política de turismo. A terceira seção, além de mobilizar os conceitos teóricos de turismo, os processos e implementação das atividades de turismo em determinado local, direciona também como elabora um planejamento de política pública voltada ao turismo, a quem privilegiar tal política e quais são os métodos utilizados para que essa política possa beneficiar toda sociedade de não dar prejuízo tanto à sociedade como à natureza.

Na quarta seção, o trabalho apresenta a política de turismo elaborado pelo Estado timorense inserida no PED de 2011 a 2030. Mostrando as ações que o país pretende fazer para desenvolvimento de turismo. Logo após, o trabalho contribui, apontando alguns caminhos que devem ser seguidos na implantação de política pública de turismo em Timor-Leste, considerando atividades que visem a não prejudicar a sociedade local e os fatores envolvidos dessa atividade de turismo, principalmente o meio ambiente. E última seção, apresentam-se as considerações finais do presente trabalho.

## **2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

### **2.1 Contexto Histórico e Geográfico do País**

Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo e está localizado em uma parte da ilha de Timor. A ilha compõe o arquipélago Indonésio, que é constituído por cerca de 17 mil ilhas (fronteira terrestre, do Oeste pela província indonésia de *Nusa Tenggara Timur*). A ilha do Timor situa-se a cerca de 650 quilômetros ao norte da Austrália (fronteira marítima) e foi colonizada e ocupada pelos países, tais como Portugal, Japão e Indonésia, interessados em sua riqueza, beleza, e privilegiada localização geográfica.

Portugal entrou no território timorense por volta de 1515, “quando os quatro barcos do navegador português Vasco da Gama chegaram ao porto indiano de Calicute. A conquista do território, completou-se onze anos depois, em 1526, pela vitória do navegante Francisco de Almeida no largo de Dio, sob a esquerda do sultão egípcio, comandada pelo muçulmano Mir Hussein” (ROCHA, 2007, p.3).

Portugal colonizou Timor até nos anos 1975, quando aconteceu naquele país a Revolução dos Cravos, um movimento pela democracia que, desencadeou a

independência de diversas colônias africanas e asiáticas, havendo o Timor-Leste tido sua independência proclamada em 28 de novembro de 1975. No entanto, no mesmo período, a Indonésia vivendo sob a ditadura anticomunista do General Suharto, entre 1975 a 1998, decidiu ocupar a ilha de Timor até 1999 (por volta de 24 anos), período em que o país passou por torturas, sofrimentos e guerras perpetradas pelo exército indonésio.

O exército indonésio participou de uma política de violência indiscriminada contra a população civil do Timor Leste, o que revoltou a todos os habitantes e gerou a morte quase 200 mil pessoas, em 20 anos de repressão, fome e descaso mundial. A violência perpetrada pelas milícias, estimulada pelos militares indonésios, fez com que a Indonésia fosse denunciada como violadora dos direitos humanos dos timorenses e obrigada a aceitar (ROCHA, 2007, p.3).

Conforme Santos (2011), nos primeiros anos da ocupação pela Indonésia, houve obsessões, violências, repressões e negação da identidade nacional dos timorenses.

Os primeiros anos da ocupação são caracterizados pela obsessão indonésia pela dominação da resistência (que a seguir será citada) e reorganização da sociedade timorense, recorrendo a massacres de civis, violações e repressão, como também a políticas de negação da identidade nacional impondo costumes e comportamentos estrangeiros como a proibição do uso e ensino da língua portuguesa e a islamização. A invasão fez uso também de locais similares a campos de concentração, mas por eles chamados de “campos estratégicos”, que serviam de moradas transitórias para as aproximadamente 300.000 pessoas deslocadas de suas casas em 1979 (SANTOS, 2011 *apud* ZANIN, 2011, p.25).

Além disso, o relatório do Conselho Social e Econômico da Organização das Nações Unidas (ONU), como relatou Bacre Waly Nadiaye apresenta que “[...] o número de mortes ocasionadas pelas ações das forças indonésias foi elevado. Segundo ele, ocorreram 100 mil mortes entre 1975 e 1980, dentre os 700 mil habitantes, e entre 1980 e 1984 morreram mais 100 mil devido à fome e doenças” (ALCANTARA, 2007 *apud* ZANIN, 2011, p. 25).

Depois da aprovação da Força de Intervenção no Timor-Leste denominada *International Force for East Timor* – INTERFET pela ONU, esta teve objetivo de manutenção da segurança e o país começou a se estabilizar. Assim, no dia 30 de agosto de 1999, foi realizada uma consulta popular para decidir o destino do país, buscando saber se haviam preferências quanto à liberdade total ou quanto à continuação da integração com a Indonésia.

Após essa consulta, em 04 de setembro do mesmo ano, foi anunciado o resultado da eleição pela ONU em que, conforme votação da maioria da sociedade timorense, optou-se pela liberdade total e isso obrigou os indonésios a deixar o país. A partir da saída da Indonésia, o ONU implantou o governo transitório para que a sociedade timorense



**Figura 3: Divisão do Timor-Leste em Municípios**



Fonte: Depositphotos

Depois da conquista da independência ou liberdade total, que é considerada uma grande vitória para o povo timorense, o que ainda se tem como grande obstáculo é a presença da ONU, sua forte influencia na definição do caminho mais apropriado para o desenvolvimento do país. São grandes os desafios enfrentados não somente pelos dirigentes do país, mas também pela sociedade como um todo. Uma das questões necessárias a ser desenvolvida é assegurar as necessidades básicas e melhorar as condições de vida para todos timorenses. Viver uma vida digna, bem como ter políticas públicas efetivas para a resolução dos problemas públicos, são formas de promover o progresso e o desenvolvimento do país.

## 2.2 Contextualização do Desenvolvimento Turístico do País

O Timor-Leste destaca-se pelas belezas naturais, porém tais, pontos turísticos ainda não são devidamente aproveitados por razão da escassez de infraestruturas adequadas e da conscientização comunidades locais. Como o país ainda é jovem, a grande parte das localidades á vista como áreas atrativas ao turismo e que podem levar à aceleração da economia do país. Além da geração do desenvolvimento econômico, o setor de turismo poderá impulsionar o emprego e o aumento da renda das pessoas das localidades onde irão ser implantados os pontos turísticos (ROCHA, 2007, p.1).

Timor-Leste dispõe de águas tropicais ricas em vida marinha, praias de areia branca, cordilheiras montanhosas espectaculares, uma cultura timorense única, um legado colonial português e uma história de resistência. Oferecemos também um calendário de eventos especiais, incluindo a Volta a Timor em

bicicleta, a Maratona de Dili ‘Cidade de Paz’ e a Regata de Darwin a Dili (PED, 2011, p.171).

A promoção do setor de turismo do Timor-Leste teve início desde a colonização dos portugueses, no período em que havia muitos atores que praticaram as formas de divulgação turística no país. Estes atores usavam diversos meios de divulgação, tais como “a *Voz de Timor* (jornal da década de 60 e 70, na época colonial); nos governos coloniais e pós-coloniais, os meios de divulgação foram se alterando, sendo utilizadas as agências de viagem, os guias de viagem, as redes de relacionamento, sites e blogs de viagens, as campanhas turísticas, as organizações não governamentais” (OLIVEIRA, 2013, p.6).

No período colonial, as práticas sociais eram consideradas um fator interessante para o projeto turístico em Timor-Leste, conforme apresentado por Fabiana Santos Rodrigues de Oliveira (2013, p.8):

A apresentação da “cultura” leste-timorense no governo colonial como atração turística era mais destacada nos projetos turísticos para o país. Práticas sociais eram trazidas nesses projetos: luta de galos; pesca; caça ao veado, búfalo e porco bravo; danças folclóricas leste-timorenses; meninas leste-timorenses com seus trajes típicos recepcionavam amavelmente os turistas; havia exaltação pela harmonia da diversidade étnica que viviam no país e uma certa necessidade de os homens leste-timorenses serem “controlados” pelo governo haja vista os denominados “maus costumes”.

A promoção do turismo na administração colonial, entre 1960 e 1970, era considerada impulsionadora do desenvolvimento do país, além de que a preocupação para estimular este setor era constante. Conforme Oliveira (2013, p.22), “Para o desenvolvimento do turismo acontecer, a preocupação do governo se voltou à hospedagem, à construção de aeroportos, à construção de estradas asfaltadas e à construção de hotéis de grande porte”.

O planejamento turístico era realizado pelo Centro de Informação do Turismo – CIT, o qual promoveu viagens internacionais, principalmente de Timor com Macau e Austrália, que teve influência muito grande nas políticas de turismo no período colonial.

O dia 20 de abril no Timor-Leste era considerado como “[...] dia específico para se comemorar o Dia do Turista. Excursões de australianos viajavam para o país e o CIT “recepcionava-os como reis e rainhas”. Nessas recepções, as meninas leste timorenses com trajes típicos eram representadas sob a condição de agradar os turistas”, argumentado pelo autor supracitado. Ainda no dia do turista, a sociedade timorense mostrava as atrações turísticas existente do país, tais como as “Máquinas de diversão eram

apresentadas como atrativos turísticos além do artesanato, folclore, casas típicas de Los Palos e luta de galos. A propaganda turística para o país era veiculada em algumas matérias publicadas no jornal” (OLIVEIRA, 2013, p.23).

O setor de turismo do Timor caracteriza-se por meio da sua cultura, tais como as danças em que as pessoas se vestem como uma arte exótica. As danças normalmente são apresentadas nos momentos mais importantes, isto é, nas cerimônias e rituais tradicionais e nas recepções de recém-chegados e líderes.

[...] as danças leste-timorenses eram retratadas como uma arte exótica e as meninas timorenses, com seus trajes típicos, em uma condição de recepcionar amavelmente a chegada dos turistas. As meninas podiam até seduzir os turistas, mas elas não usavam baton nem eram estudadas. Condições que a colocam em outra posição, o que mostrava a construção social do que era importante para um relacionamento aos olhos do articulista: estudo e apresentação pessoal (OLIVEIRA, 2013, p24).

Segundo Oliveira (2013, p. 29), Timor-Leste teve oportunidade de mostrar sua identidade por meio de três atrativos turísticos no período colônia, tais como: pesca; a caça ao veado, búfalo e as belezas naturais do país. Vale destacar que o chifre de búfalo era muito valioso no país e faz parte do artesanato daquele local.

A partir no período do governo pós-colonial, as práticas sociais foram pouco marcadas e os timorenses lutavam pela liberdade na ocupação da Indonésia. O que marcava naquela época era a plantação de arroz, café, pesquisa e o trabalho nos centros de arte e artesanatos. Porém na sociedade civil ainda aconteciam práticas sociais, como nas ações da Organização Não-Governamental Haburas (ONG Haburas) em que se enfatizou a agricultura não irrigada de subsistência através da plantação de milho e mandioca (OLIVEIRA, 2013).

No período da ocupação da Indonésia, o setor de turismo era visto como fundamental devido à instabilidade do território, no qual fazia parte como uma das províncias, e a incerteza da política no território de Timor-Leste. Com a conquista da sua independência, nos primeiros anos do exercício dos dirigentes do país, o grande desafio para o povo timorenses foi a construção do país como um todo, sendo que o setor de turismo faz parte deste processo. Dentre tais obstáculos destacam-se: poucos alojamentos adequados, escassez de recursos humanos qualificados, existência de instalações das infraestruturas não adequadas, inclusive tanto as ligações áreas internacionais como doméstica e entre outros fatores que contribuem ao desenvolvimento do turismo, de modo a operar as atividades turísticas de forma mais eficiente e satisfatória (PNUD, 2002, p.9).

O Estado timorense é visto pelas belezas naturais que são originadas por sua diversidade ambiental, no entanto, há a divergência quanto ao fato de que a maior parte delas ainda não é aproveitada em razão das poucas condições para o seu funcionamento. Portanto, é importante que o setor turístico seja aproveitado, uma vez que poderá aumentar a geração de emprego e também promover a maior movimentação econômica. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor Leste no ano 2002 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Estado Timorense passa por vários obstáculos, mas por menos experiências na promoção turística, porém apresentam-se alguns pontos importantes que contribuem para a atração turística.

Enquanto que a falta de experiência no turismo pode ser encarada como uma desvantagem, também pode ser uma oportunidade. Timor Leste pode evitar muitas das armadilhas sociais e ambientais da rápida expansão do turismo. Uma opção seria capitalizar o carácter inexplorado de Timor Leste concentrando a atenção no eco-turismo. Expandir a indústria turística exigirá, no entanto, um envolvimento comunitário forte para assegurar que o povo de Timor Leste seja parceiro e beneficiário do processo (PNUD, 2002, p.9).

No decorrer dos períodos da ocupação da Indonésia e a instabilidade marcada em 2006 com os conflitos sociais e políticas em Timor-Leste, o país não consegue voltar sua atenção para o turismo. Mas, a partir da chegada da ONU, o cenário político começou a se modificar e focalizar o desenvolvimento econômico do país, sendo que um destes focos está no turismo. Pelo fato de considerarem o turismo como uma atividade de grande importância para o desenvolvimento econômico da nação, os governos implantaram na sua agenda política a criação de um órgão responsável pela promoção da ação turística. O órgão é responsável por toda atividade do setor turístico, cultural (exposição e divulgação atividades culturais e a riqueza do país como forma de atração turística) e do setor ambiental através da preservação ambiental. Assim criou-se a Secretaria de Estado do Turismo e do Meio Ambiente, englobando na agenda governamental a formação e o desenvolvimento turístico em diversas áreas, tais como turismo cultural e ecoturismos (ROCHA, 2007, p.1).

### **2.3 Os Pontos Turísticos do Timor-Leste**

Timor-Leste possui vários locais que precisam ser desenvolvidos para a movimentação de atividades turísticas, como por exemplo, o turismo histórico e cultural, o turismo religioso e peregrinação, Parque Nacional Nino Konis Santana, Ilha de Ataúro,

Termas em Marobo, atividade esportiva denominada Maratona de Dili ‘Cidade de Paz’ e as exposições culturais que contribuem para a formação da atividade turística.

O **turismo histórico e cultural** leva muitas pessoas a se interessarem em conhecer o processo de luta pela autodeterminação e independência do país. Para que a história da resistência do país não se perca, o Estado precisa resgatar as matérias utilizadas na proteção e defesa contra os colonizadores e ocupantes.

Conforme apresentado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011, p.174), os territórios destacados como setores turísticos para atração de visitantes que se interessam em conhecer a história do Timor-Leste, são: a) Soibada (a localidade pertencida ao Município de Manatuto), que é o local estratégico onde foram estabelecidas as bases de resistência contra os militares da Indonésia no período da invasão em dezembro de 1975; b) Monte Matebian no leste do país que pertence ao Município de Baucau, em que em Novembro de 1978, teve 140.000 civis cercados e bombardeados por forças ocupantes; c) Laline/Lakluta pertencente ao Município de Viqueque, local que teve a 1ª Conferência Nacional para reorganização da luta pelos timorenses no mês de março de 1981 e estabeleceu uma nova forma estratégica para a resistência da nação; d) Lari-Gutu que também pertence ao Município de Viqueque, o local que aconteceram as primeiras negociações acerca do cessar-fogo entre a resistência de Timor-Leste e o comandante que dirigiu os militares indonésios em 20 de março de 1983.

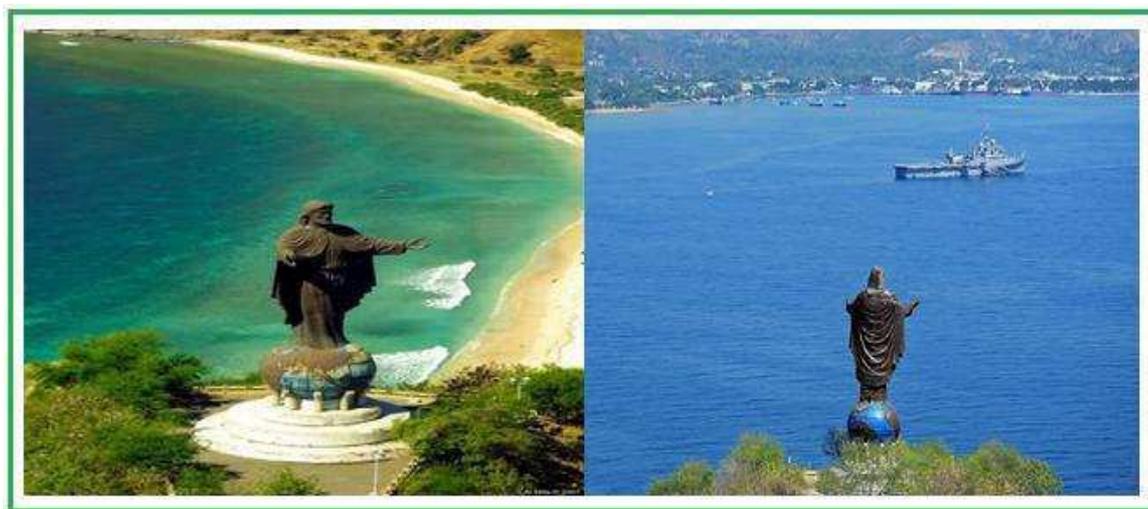
O **turismo religioso e a peregrinação** fazem parte da fé e religião da sociedade timorense, pelo qual a cultura e a crença são fortes para a vida desta sociedade, pois consideram ter grande importância para este povo.

[...] a nossa cultura e crença são reforçadas pelo Lulik (sagrado), a fé animista segundo a qual se adoram os espíritos dos mortos. Estes espíritos estão presentes na nossa paisagem, rochedos, animais, ribeiras e objectos dotados de poder espiritual. A mostra dos nossos locais e objetos Lulik e o ensinamento das nossas crenças e legado Lulik permitirão aos visitantes entender melhor a nossa terra e as nossas gentes (PED, 2011, p.175).

É evidente a valorização da religião no Timor-leste dispensada pelos visitantes que chegam à capital do país pela primeira vez, no qual pode ser percebida por suas curiosidades em visitar o Cristo Rei instalado encima do globo que possui 25 metros de altura, situa-se no Município Dili e é uma estátua semelhante ao Cristo Redentor localizado no Rio de Janeiro-Brasil. Ao chegar no pé do Cristo Rei, é necessário que os visitantes subam mais de 500 degraus, passando por cada Estação da Cruz. A maioria dos visitantes quando vão ao Timor-Leste, não perdem oportunidade de visitar este

monumento, pois o Cristo Rei representa a religiosidade do povo timorense. Na figura 4 mostra-se a localização e a estátua do Cristo Rei em Dili.

**Figura 4: Cristo Rei de Timor-Leste**



Fonte: H2nd Creation Blogspot, 2013

As **Termas em Marobo** que pertencem ao Município de Bobonaro, oferecem as fontes quentes de água mineral que revigoram o corpo e seu acesso é feito por meio de estradas montanhosas deslumbrante. Conforme apresentado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011, p.180), as termas, “[...] num complexo de ruínas portuguesas e de uma antiga pousada, lembram as fontes quentes da Velha Europa e constituem um escape relaxante para o visitante. As fontes quentes serão transformadas numa atração turística importante para a região”.

Nesse setor de turismo, é preciso que o Estado apoie a melhoria das condições da infraestrutura das termas, através da reabilitação da piscina e da hotelaria usadas para o descanso dos visitantes atraídos pelo turismo. Assim, conforme argumentado pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak, na sua visita em nesse local no dia 06 de setembro de 2013, “[...] a eletricidade, estrada, saneamento, água potável, saúde e educação, todos estes, querendo ou não, é preciso fazer e reabilitar, porque todos eles são considerados como desenvolvimento, portanto, vou falar ao Governo para dar atenção aos problemas levantados pelos vocês” (RUAK, 2013 *apud* TIMOR HAU NIAN DOBEN, 2013, tradução nossa). Na próxima figura, apresenta-se a característica das termas de Marobo.

**Figura 5: Bee Manas Marobo**



Fonte: Secretário Estado Política Formação Profissional e Emprego – SEPFOPE, 2016

## **2.4 Problemas Públicos do Turismo**

### ***2.4.1 Mercado de trabalho e emprego***

O mercado de trabalho é um dos problemas enfrentados pela sociedade timorense desde a sua independência, pois a disponibilidade de empregos gerados pelo Estado não atende toda população, principalmente os jovens, conforme apresentado no último censo, em 2010. A quantidade de pessoas com idade de 15 até 59 anos no país é de 536.936, sendo que 347.730 são habitantes das zonas rurais e 189.206 habitam a zona urbana. No que tange às pessoas com idade de 60 anos ou mais, há 87.567 habitantes, sendo que 74.286 são da zona rural e 13.281 da zona urbana (DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE TIMOR-LESTE, 2010). Neste caso, os jovens, assim considerados os que se encontra na faixa etária de 15 a 59 anos, representam um número de 41,3 % da população total do Timor-Leste que, segundo censo de 2010, são 1,3 milhões de habitantes.

Mesmo que o setor privado consiga gerar 400 novos empregos por ano, esse valor não consegue superar o desemprego em Timor-Leste, pois a cada ano, os números de jovens ingressam no mercado de trabalho aumenta tendo passado de 12.000 em passado recente para 15.000, em 2010. A partir de então, aumentaria o desemprego em todo o território do país, sendo que na capital 23% da mão de obra está desempregada e 40% dos timorenses das cidades afastadas da capital não possuem emprego (PED, 2011).

Conforme Hélder Lopes, atual Ministro das Finanças do Timor-Leste (2012-2016), o governo está preocupado com problemas a cerca do emprego e também sobre a

formalização dos empregos existentes no país. Busca, desse modo, formular uma política econômica que promova a transferência do emprego informal e não fixo para o formal (LOPES, 2016 *apud* OBSERVADOR, 2016).

Com relação ao desemprego em Timor-Leste, a Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego – SEPFOPE tem uma importante função quanto à resolução deste problema. Assim, essa secretaria, por meio da sua política de formação e emprego com parcerias nacionais e internacionais, objetiva a formação dos seus cidadãos, principalmente os jovens, para atuar no mercado de trabalho. Em 2010, o Estado por meio da SEPFOPE, conseguiu reduzir 50% do desemprego para responder às necessidades da sociedade em razão do aumento das atividades de construção civil (SEPFOPE, 2013), conforme demonstra o Gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1: Timor-Leste: Taxa de Desemprego**



Fonte: Trading Economics Portugal

No gráfico acima, revela-se que a taxa de desempregado no ano de 2010 é menor em comparação com o período entre 2006 e 2008 na qual essa decresce de 6,7% para 3,9%. E no período seguinte entre 2012 à 2014 a percentagem de desemprego aumentou para 11%. Esse fato acontece devido a escassez de emprego no próprio país. Alguns jovens timorenses saíram em busca de emprego nos países exteriores tanto por meio da ajuda da SEPFOPE, quanto por sua conta próprio, com o intuito de conseguir elevar suas condições econômicas. Conforme ainda no gráfico anterior, a taxa de desemprego entre 2012 a 2014 aumentou para 11%, devido a finalização das atividades de construção civil dirigido pelo Estado em território timorense.

#### 2.4.2 Infraestrutura e urbanização na base do desenvolvimento local

A infraestrutura é uma das preocupações do povo timorense a partir de 2002, momento em que o país se declarou Estado soberano e democrático. Com a saída dos indonésios do território timorenses no ano 1999, os exércitos da Indonésia destruíram o país como um todo (infraestruturas e documentos da administração pública), além do desmatamento provocado pelas pessoas, conforme apresentado no contexto histórico do país neste trabalho. Um exemplo marcante do ocorrido foi a destruição das escolas e das casas dos habitantes em todas as localidades. Em diversas cidades, “[...] incluindo a capital, Dili, pessoas pró-independência tiveram suas casas queimadas e milhares delas, ameaçadas de morte, tiveram de procurar abrigo nas montanhas ou em instalações da ONU” (FOLHA SÃO PAULO, 1999).

O setor de infraestrutura, como as estradas, portos, pontes, aeroportos, rodovias, entre outras, estão na agenda do plano do governo desde a independência do país. Para que este setor possa funcionar, a formação de recursos humanos é prioridade do Governo de Timor-Leste, no qual é responsável pelo Ministério de Obras Público.

Segundo o atual Primeiro Ministro da RDTL, Rui Maria de Araújo, Timor-Leste está passando por problemas da infraestrutura básica, conforme relatado pelo resultado da pesquisa sobre a consolidação das ideias públicas em território timorense feita por *Centre For Insight in Survey Research* em 2016. Neste relatório, Araújo evidenciou os problemas passados pela nação, usando como síntese a seguinte tabela.

**Tabela 1: Resultado da Pesquisa do *Centre For Insight in Survey Research***

Setor/Ano	2008	2013	2016
Estrada	18%	25%	29%
Emprego	10%	8%	11%
Educação	33	9%	8%
Criminalidade	1%	4%	7%
Eletricidade	7%	8%	5%
Violência política	0%	1%	4%
Relação governo com vizinho da nação	1%	1%	4%
Preço dos alimentos	6%	5%	3%
Lei da terra e propriedade	1%	1%	2%
Corrupção na máquina pública	1%	3%	2%
Gastos para pensão dos veteranos	1%	1%	1%
Sistema do cuidado de saúde	5%	4%	1%
Sistema jurídico	1%	1%	1%
Turismo	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do jornal Timor-Agora, 2017

Tendo em vista estes problemas, o VI Governo Constitucional vai tomar algumas medidas para solucioná-los, através da promoção de uma reforma econômica, fiscal, da administração pública e do setor de justiça, como forma de proporcionar a melhoria das condições básicas da infraestrutura em Timor-Leste (ARAÚJO, 2017 *apud* TIMOR-AGORA, 2017).

Baseado no resultado da pesquisa da Organização Não Governamental – ONG *Luta Hamutuk*, relatado por seu diretor Mericio Akara, observa-se que há poucas mulheres trabalhando no setor de infraestrutura, sendo sua participação no setor bem menor do que a dos homens, pois “[...] podemos afirmar que 80% do setor de infraestrutura, são dominados pelos homens, porém em nível nacional sempre relatado a participação das mulheres, como elas têm poder de liderar, mas na prática cotidiana não há progresso” (AKARA, 2015 *apud* BUSINESS TIMOR, 2015).

Mesmo que o desenvolvimento da infraestrutura seja considerado prioridade na agenda do Estado, a construção da infraestrutura deve incluir o meio ambiente, dado que é necessário preservá-lo e mantê-lo como atividade integrada à vida humana. Para o vice-ministro Filipus Nino Pereira, “como uma nação jovem, claro que precisa reconstruir o seu desenvolvimento da infraestrutura, como por exemplo, estrada, porto, aeroporto e entre outras. Porém este é o grande desafio se quando o desenvolvimento não se baseia no Estudo de Viabilidade, para garantir sua sustentabilidade” (PEREIRA, 2015 *apud* MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE, 2015, tradução nossa).

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DE TURISMO**

#### **3.1 Conceito Teórico, Processo e Impacto de Turismo**

O estudo sobre o conceito de turismo ainda é recente pelos atores acadêmicos, porém a prática de turismo já existia há muito tempo. A abordagem conceitual sobre turismo no ambiente acadêmico aconteceu porque o tema cresceu muito no mundo global. A consequência do aumento da prática do turismo, foi um aumento no interesse no tema no âmbito acadêmico. Os anos de 1990 se caracterizam como, o período em que os pesquisadores aprofundaram seu interesse no tema, ligando os temáticos acadêmicos, tais como ciências humanas e sociais, como, por exemplo, sociologia, economia, antropologia e geografia (OLIVEIRA, 2008, p. 21 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 21).

A definição do que seria turismo pelos acadêmicos foi algo muito discutida, visto que a atividade se relaciona diretamente com prática de viagem, porém nem sempre a viagem ou deslocamento das pessoas é considerada como turismo. Dessa forma, pode sistematizar mais clara a respeito da definição de turismo mais profunda para compreensão global. Contudo, o turismo é considerado como o evento social que se identifica como deslocamento das pessoas ou grupos voluntária e temporariamente que sendo movidos pelos interesses recreativos, por descanso e da cultura, partindo da sua localidade originária a outro, como resaltado abaixo:

Denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrente do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos (OLIVEIRA, 2002, p. 36 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 22).

A atividade turismo é considerada como deslocamento de homem pelos seus desejos e necessidades de sair do seu lugar habitado para outro, temporariamente, visando visitar e conhecer outros lugares em determinado período. Decorrem da atividade turística, muitas outras ações, uma vez que o turismo não implica apenas transportar as pessoas da sua localidade ao outro, mas exige a hospedagem das pessoas, alimentação e outros fatores que fazem parte do processo da ação turística, como salienta o autor citado:

O turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência. Os negócios turísticos são os realizados nos equipamentos ou durante a prestação de serviços que os turistas utilizam na preparação e na execução da sua atividade (BARRETTO, 2003, p. 20).

O turismo é feito pelas diversas atividades e é formado pela interação entre quem procura participar e quem oferta a atividade de turismo. Ele é praticado pelo homem e engloba algumas atividades, tais como transportação, alimentação, lazer, moradia temporária, divertimento e entre outras, realizada fora de sua respectiva cidade para ir ao outro lugar a fim de que chegar os seus objetivos. Dentro da ação turística, leva-se em consideração os equipamentos e serviços cujo fornecimento de serviço turístico, a relação de negócio entre os participantes (turísticos) e prestador de serviço turístico.

Atualmente, a maioria dos indivíduos reconhece que a presença de turismo pode promover o desenvolvimento econômico no lugar onde se instala. Pois ele é considerado a atividade econômica que mais cresce mundialmente, pelo visto que um potencial de

geração de emprego que leva o aumento da renda para as pessoas. Há uma grande diferença entre o deslocamento das pessoas e as viagens turísticas, pois quando se fala o conceito de turismo, deve estar em mente que, é necessário existe a atividade que agrupa o tempo, transporte, negócio, lazer e entre outras ações (BARRETO,2003).

A organização Mundial do Turismo – OMT definiu que “[...] o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros” (OMT, 2001, p. 3 *apud* BURSZTYN, 2005, p. 8).

Como o turismo é uma atividade que compreende a locomoção dos indivíduos nos lugares diferenciados do que se habitual, no período mínimo de 24 horas e máximo de um ano, esta atividade sempre existe a movimentação logística desde a idealização de viagem até regresso dos indivíduos. A partir de deslocamento das pessoas pelo ato de turismo, este setor disponibiliza os equipamento e serviços, onde existem os negócios por meio de prestação de serviços e na execução da própria atividade que chegar o destino esperado ou local a chegar (BARRETTO, 2003). O turismo é a combinação inter-relação muito complexo entre a produção do turismo e do serviço decorrer da atividade de viagem turística, onde existe o agrupamento das práticas sociais com fundamentação cultural, herança histórica, relações sociais com hospedagem e troca de informações dos interculturais.

No entanto, a presença do turismo leva os impactos socioculturais em determinada local. Estes impactos recaem diretamente sobre as comunidades locais e não sobre os turistas ou visitantes. Tais impactos podem levar a mudanças locais, nos hábitos de viver, mudança cultural e social, e até em determinado momentos tal mudança chega ao meio ambiente que leva à poluição e degradação ambiental. Conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) as mudanças representam tanto do lado benéfico (positivo) quanto do lado negativo (danos) para o âmbito de sociocultural, conforme apresentado na seguinte quadro:

**Quadro 1: Impacto Sociocultural do Turismo**

<b>Fatores Associados ao Turismo</b>	<b>Impactos positivos</b>	<b>Impactos negativos</b>
O uso da cultura como atração turística	Maior apoio para culturas tradicionais e expressões de identidade étnica. Revitalização das artes, festivais e linguagem	Mudanças nas atividades tradicionais para adequar-se aos turistas. Invasão de

	tradicional.	privacidade.
Contato direto entre moradores e turistas.	Quebra de estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização introdução de doenças.
Mudanças na estrutura econômica e social.	Novas oportunidades econômicas e sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflito e tensão na comunidade. Aumento da desigualdade social. Perdas de linguagem.
Desenvolvimento de equipamentos turísticos.	Maiores oportunidades recreativas.	Impossibilidade de acesso a locais e atividades recreativas.
Aumento do fluxo turístico e da população da destinação.	Apoio á instalações médicas. Educaionais e outras que melhoram a qualidade de vida.	Superpopulação. Congestionamento viário. Aumento da criminalidade.

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT), 2003 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 53

A presença do turismo influencia diretamente o meio ambiente, pelo grau de modificação ambiental, através do crescimento da infraestrutura. De um lado, o turismo contribui para o desenvolvimento de infraestrutura, facilitar na melhoria da cidade e urbanização e no saneamento básico, porém em outro lado, resultam também os efeitos negativos, resumidos no quadro 2, a seguir.

### Quadro 2: Principais Impactos Ambientais do Turismo

Resultado	Impacto
Poluição da água	Contaminação por produtos químicos, lixo jogado por turistas, fezes e urina.
Poluição do ar	Por meio de emissão de poluentes dos carros, assim como poeira que esses levantam principalmente em locais não há asfalto.
Poluição sonora	Devido a carros com som em ambientes públicos, perturbando moradores e turistas.
Poluição visual	Residências, pousadas, hotéis e estabelecimentos comerciais que não possuem arquitetura condizente com ambiente local se tornam nada atrativos para moradores e turistas.
Superlotação e congestionamento	Se dá devido ao excesso de turistas e veículos, causando muitas vezes brigas e ressentimentos da população local.
Problemas quanto ao uso da terra	Um planejamento turístico bem feito não deve se utilizar de terras que sejam mais valiosas para os outros tipos de usos ou que devam permanecer sobre rigoroso controle de conservação, como APA's (Áreas de Proteção Ambiental), APP's (Área de Proteção Permanente) e entorno de margens de rios.
Ruptura ecológica	O uso abusivo de ambientes naturais frágeis pode causar danos muitas vezes irreversíveis a esses. Extinção de espécies, danos a corais, desmatamento, esvaziar pântanos e mangues que são habitats importantes para a vida marinha e circulação das águas

	são apenas algumas agressões mais comuns causadas à natureza.
Danos ao meio ambiente	Refere-se principalmente aos danos causados pela má engenharia na construção de instalações turísticas que pode gerar deslizamento de terra, sedimentação de rios e áreas costeiras, além de contaminação e rupturas de canais e drenagem.
Danos a locais históricos e arqueológicos	O turismo em atrativos de valor históricos e arqueológicos devem ser bem planejado e orientado, devido à fragilidade desses locais que podem sofrer desgastes com vibrações excessivas e vandalismos.
Despejo impróprio de lixo	O despejo impróprio de lixo em locais frequentados é preocupante, isso espanta turistas e literalmente sujas a imagem do lugar, além de contaminar a área poluindo-a e causar problemas de saúde a moradores e visitantes. Por isso, <i>resorts</i> , hotéis e pousadas também devem tomar cuidados com esse tipo de atitude e dar o devido tratamento a seus resíduos sólidos.

Fonte: ZILIOI, 2008 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 69

Com tantos danos apresentados, os governantes, pesquisadores, sociedade civil, e empresas, entre outros atores, começaram a pensar em desenvolver planos para minimizar os efeitos da atividade de turismo. Este planejamento pode ser realizado através de uma política pública, especialmente voltada para o turismo.

A política pública de turismo é considerada como “[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, com a finalidade de alcançar um objetivo geral e dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território” (CRUZ, 1999 *apud* ARAUJO, 2007, p. 99).

Como o turismo é uma política pública, este se caracteriza como fenômeno social que exige o planejamento mais aprofundado. Sua estrutura adequada deve ir além de apenas proporcionar a geração dos postos de trabalho de modo o aumento da renda das pessoas, mas deve prever também a minimização de desigualdade e o fortalecimento da econômica do local, a inclusão social e melhoria a qualidade de vida das pessoas.

Segundo Henz (2009, p. 50) apresentado pelo Hüffner (2011, p. 34) a atividade de turismo compreende um ramo da política pública que visa ao planejamento e desenvolvimento da ação turística, buscando o aproveitamento dos recursos disponíveis de turismo que contribuem para o benefício de todas as pessoas envolvidas. Este raciocínio foi sistematizado da seguinte forma: “[...] política de turismo deriva de todas as iniciativas ligadas ao turismo, sejam originadas do setor público quanto do privado, isoladas ou coordenadas em conjunto, estando internamente ligadas à política econômica geral” (CASTELLI, 2001, p. 63 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 34).

A partir desses conceitos, os países começaram a estudar os assuntos turísticos, sua importância, dos benefícios e dados trazidos pela política pública de turismo, elaborando por meio de plano, projetos e programa. Esta ideia de planejamento será abordada mais detalhadamente na próxima seção que fala a respeito de planejamento de turismo.

### **3.2 Planejamento de Turismo**

Como a atividade de turismo é muito procurada no mundo contemporâneo, com o interesse crescendo a cada ano, o setor de turismo vem crescendo muito em diversos países. As receitas dele advindas podem aumentar principalmente as entradas estatais, favorecendo empregabilidade e, movimentação da economia do país ou do local onde existem as ações turísticas. O desenvolvimento da atividade turismo deve levar em conta os impactos trazidos pelo esse setor na vida dos seres humanos e no meio ambiente. Apesar de que o mundo de hoje apresenta problemas ambientais, sociais e culturais que não derivam das atividades turísticas, é necessário o reconhecimento na agenda mundial, de que o turismo além de levar à geração de riqueza e emprego, traz em si simultaneamente alguns problemas econômicos, sociais, dentre outros (BURSZTYN, 2005, p. 30).

A obra de Margarita Barretto intitulada “O imprescindível aporte das ciências sócias para o planejamento e a compreensão do turismo”, revela que o planejamento da política de turismo deve levar em consideração que o setor é tido como “[... uma atividade realizada pelos homens em sociedade. Não podemos pensar no conceito de turismo se pensarmos num homem isolado. E assim, reconhecer que como atividade realizada pelos homens em sociedade, o turismo tem um significativo grau de imprevisibilidade” (BARRETTO, 2003, p. 21).

Pelo fato de o turismo ser considerado como ato praticado pelo homem, implicando a decisão pessoal de ir a algum lugar e realizar a atividade específica desejada, ele é vista apenas no fenômeno privado, sem implicações públicas. Pois em maioria dos relatórios de turismo só apresentam o fluxo econômico e movimentação das pessoas. Ao compreender o turismo como um fenômeno mais amplo, considerando seu potencial de impacto social e ambiental, observa-se que no planejamento turístico é necessário estudar mais detalhadamente sobre seus benefícios, impactos negativos e outros fatores que são influenciados e trazidos pelo turismo. “O planejamento do turismo tem estado, historicamente, balizado por teorias e práticas da área administrativa e por técnicas

publicitárias e de *marketing*; as primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado, e as segundas criando hábitos de consumo” (BARRETTO, 2003, p. 22), mas é preciso ir além disso, ao considerar seus impactos sobre as coletividades e o meio ambiente.

Pensar só no lado do benefício de turismo de aumentar a renda e mercado de trabalho para as pessoas, o turismo opera os negócios para movimentação da economia e o resultado mostra que em maioria das vezes as comunidades locais não são envolvidas ativamente, o que significa que o lucro e maiores benefícios econômicos não ficam no local em que ocorre o turismo. O que vai acontecer é “[...] desmatamento das florestas para criar campos de golfe à venda de crianças para turismo sexual. São os chamados impactos negativos do turismo, que alguns cientistas preferem chamar de interferências”. Mas também há impactos, “[...] literatura científica também demonstra a revitalização do patrimônio cultural material e imaterial graças ao turismo, a revalorização da natureza, a limpeza de mares poluídos, a recuperação da identidade, demonstrando que o turismo também tem impactos positivos” (BARRETTO, 2003, p. 22).

O planejamento de turismo deve levar em consideração a discussão sobre sustentabilidade de desenvolvimento, pelo fato de que o turismo traz em si uma potência transformadora das realidades locais que produzam os impactos negativos e os problemas apresentados anteriormente. O planejamento do turismo deve incluir metas e ações que visem à diminuição dos efeitos negativos. No processo, deve-se fazer presente a discussão sobre desenvolvimento sustentável, em que a execução das atividades além de beneficiar as necessidades presentes, esta atividade não deve prejudicar as futuras. O conceito de desenvolvimento sustentável segundo Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) é “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades” (WCED, 1987 *apud* BURSZTYN, 2005, p. 31).

Na expansão turística contemporânea caracterizada por uma atividade em massa, com produtos movimentos da ação de turismo, leva a intervenção estatal a darem respostas pelos defeitos e impacto trazidos em nessa aproveitamento. Tal intervenção se dá através de um planejamento estratégico voltado no processo de diminuição dos impactos negativos e aumentado ao retorno econômico de turismo.

[...] o planejamento turístico, influenciado pelas tradições do planejamento urbano e regional, tem concentrado esforços no que se refere ao planejamento dos destinos e não no planejamento comercial do turismo individual. Com o ganho de importância das questões ligadas ao ecoturismo e à sustentabilidade, o planejamento turístico vem sofrendo grande influência do planejamento

ambiental e, conseqüentemente, vem agregando valor ao componente das articulações políticas (BURSZTYN, 2005, p. 36).

Para Bursztyn (2005), quando se compreende o planejamento turismo como processo de atividade dinâmica de uma política pública, ele deve ter alguns fatores, como por exemplo, necessidade de análises e monitoramento para manter o equilíbrio das metas para atingi-las. Dessa forma, a gestão pública deve se preocupar com as quais necessidades e suporte para que a política de turismo alcance os resultados previstos no plano elaborado. Mesmo assim, em alguns casos, os governos não se preocupam com dados da atividade turística, pelos resultados negativos trazidos por setor de turismo, se preocupam mais na divulgação e os retornos trazidos no curto prazo, sem prever no investimento estrategico que vai dar resultado maior no longo prazo e na questão de sustentabilidade.

De acordo com Bursztyn (2005), é fundamental a participação e o envolvimento da comunidade, onde o turismo a ser implantada, no planejamento da política de turismo. Uma política de turismo que proporciona a melhoria de vida dos residentes, trazendo os benefícios gerados pela atividade, criando o desenvolvimento cultural, social e econômica na medida em que o Estado pôr suas medidas como mediação para benefício comum, e leve em conta a satisfação dos visitantes que são considerados como cliente de turismo.

Dessa forma, pensa em planejamento turístico deve prever a relação envolvida entre sociedade residente e os turísticos (visitantes externos), pois estes dois atores são fundamentais no processo de desenvolvimento de um turismo. Assegurando a qualidade de vida dos residentes para que os danos turísticos não afetam no processo de tomada de decisão no momento em que os visitantes escolhem seu destino de visitar no local de turismo. Uma vez que não há harmonia entre visitante e visitado, vai haver o conflito entre eles e que poderá acontecer o prejuízo para atividade de turismo como destaca o autor citado:

Os relacionamentos envolvendo a população residente e os visitantes são de extrema importância para o desenvolvimento turístico, uma vez que afetam diretamente no processo de tomada de decisão do turista quando convidado a escolher seu destino. Quando residentes de comunidades turísticas sentem que o turismo está destruindo de alguma forma seu ambiente físico ou social, as relações visitante-visitado se desgastam, prejudicando a imagem do destino (BURSZTYN, 2005, p. 46).

Até nos anos 1980, não havia o estudo sobre a atividade turística que tratasse os impactos ambientais e sociais ao longo da execução dessa atividade. Depois deste período, o crescimento do setor de turismo, levou as nações a começaram a reconhecer

soluções para os efeitos, muitas vezes indesejáveis trazidos pelo setor, principalmente associa aos países subdesenvolvidos que não há possibilidade de superar os danos das atividades turísticas. Nos países desenvolvidos como da Europa e América do Norte também passavam por estes problemas pelo aumento da atividade turísticas acontecidas no país (BURSZTYN, 2005).

A atividade de turismo deve cumprir os princípios e atender os objetivos de desenvolvimento sustentável, tais como: diminuição de esgotamento dos recursos, degradação ambiental e minimizar a instabilidade social. Dessa forma, no desenvolvimento da atividade de turismo deve ter num mínimo o planejamento comunitário que indica os caminhos favoráveis para realização de tal atividade, incorporando a coordenação e interação a fim de que se considere o turismo como o desenvolvimento sustentável.

Existem cinco métodos que devem destacar quando pensar no planejamento turístico para atingir a abordagem da sustentabilidade, são elas: a) o sistema de controle cooperativos e interligados, refere-se na promoção na melhoria dos relacionamento dos atores envolvidos de turismo, através de incentivo dos benefícios mútuas e explicação os custos da atividade; b) desenvolvimento de mecanismo de coordenação do setor, relacionando ao papel do governo pela necessidade de estímulo na criação de relacionamento e parceria tanto com grupos formais como também os informais; c) aumento da consciência do consumidor, reflete-se á mudança de comportamento do turista no momento de tomada de decisão de viagem, por consciência a respeito dos produtos consumidos e oferta de serviço pelo impacto ambiental; d) aumento da consciência do produtor, revelando na decisão dos produtores pela adequação da realidade atual que exige a postura que tange no desenvolvimento sustentável, que pode aplique se por meio das normas e condutas legais e por fim, e) planejamento turístico estratégico para substituir abordagens convencionais, indicando que o planejamento dessa atividade que é considerado contínua, deve integra um plano mais ampla, com o planejamento da cidade na sua totalidade, onde implanta o turismo (DUTTON; HALL, 1989 *apud* BURSZTYN, 2005).

Uma discussão sobre o planejamento voltado para o desenvolvimento local, principalmente da aplicação da política de turismo, deve ter a participação ativa, sobretudo estabelecer o ambiente agradável entre diversos autores e colaboradores das atividades produtivas.

[...] para que o planejamento do turismo tenha natureza e caráter orgânicos, é necessária a participação ativa, tanto quanto influente, negociadora, dos planejadores, das comunidades locais receptoras, dos membros do setor privado com interesses no turismo e dos próprios turistas [...]. No planejamento do turismo, conforme o enfoque da TGS [Teoria Geral de Sistemas] o processo de baseia no consenso de todos os envolvidos. Numa palavra: todos planejam, todos são especialistas (MOLINA, 2005, p.43).

Segundo Sérgio Molina (2005) apresentado pelo Rodrigo Meira Martoni (2010), revela que no planejamento de turismo deve existir a coordenação e colaboração de todos os atores, tanto o idealizador da política quanto as sociedades locais no projeto de turismo, o setor privado, os dirigentes locais ou poder público. Essa participação é fundamental quando elabora o plano de turismo com caráter ambiental, sem degradação ambiental.

### **3.3 Quem são Beneficiados da Política de Turismo (Público-alvo)**

Dados da OMT, revelam que o setor de turismo é considerado como segunda atividade econômica mais movimentada no mundo contemporâneo, além de produção da indústria de petróleo e suas divisas. Isto mostra que essa atividade gera postos de trabalho e divisas, destacando que em 2006, o turismo teria “uma produção mundial de 7,1 quatrilhões de dólares, gerando cerca de 385 milhões de postos de trabalho. Se confirmadas as estimativas, serão arrecadados aproximadamente 1,3 quatrilhões de dólares em impostos, o que representa um claro benefício em geral” (OMT, 2001 *apud* BURSZTYN, 2005, p. 53).

A partir de crescimento da atividade do setor de turismo e da percepção de que o setor movimenta a atividade econômica do país, os Estados começaram a criar suas políticas voltadas ao este setor. Desenvolvendo muitos tipos de turismo para atrair as pessoas a visitar, criando regulamentos e órgãos que suportam na atividade, de modo o benefício do turismo é voltada para a nação. Além disso, com movimentação do turismo, leva as empresas a criarem modelos de turismo, pacotes dos serviços e as necessidades para que auxilie a atividade de turismo. Antes disso, as empresas privadas já haviam começado a desenvolver as ações e atividades turísticas, desde quando o setor público ainda não elabora seus planos para regulamentação do turismo.

Além de ter vários tipos de turismo, tais como o turismo ecológico, comunitário, cultural, religioso e entre outras, o turismo comunitário é uma das alternativas que beneficia a grande parte da sociedade. Pois o turismo comunitário (de base comunitária) oportuniza as pessoas na geração de mercado de trabalho no nível local e regional que

contribua além de geração de emprego, colaborando na preservação no patrimônio cultura e meio ambiente, como indica o autor citado em seguida:

O turismo comunitário, ou de base comunitária, apresenta como cerne da questão o debate sobre quem são os verdadeiros beneficiados com o incremento do turismo. Como já foi apresentado, o setor do turismo tem sido qualificado como de grande importância na geração de oportunidades de trabalho na escala local e regional, além de contribuir na preservação dos patrimônios natural e cultural (BURSZTYN, 2005, p. 65).

Mesmo assim, as políticas públicas voltadas ao turismo devem pensar na regulamentação que rege as atividades de turismo de base comunitária, não apenas oportunizar o mercado, mas também em que ponto o turismo traga o benefício à sociedade. Pois o fato que muitos países seguirem o modelo de turismo clássico, que inclui uma complexidade hotéis, parques e entre outros modelos, leva a atividade a não beneficiar a sociedade ao seu redor.

Pensar o turismo de beneficiamento deve aproximar as comunidades locais, pelo qual os benefícios gerados pela atividade de turismo são voltados aos essas comunidades. Dessa forma, o setor de turismo cria um paradigma mais justo na atividade turística equitativa, auxiliando assim, na dimensão sustentabilidade, desenvolvimento cultural, ambiental, social e coloca as comunidades como centro do planejamento turístico, monitoramento e permitindo a geração de trabalho para comunidade, como ressalta Bursztyn:

A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação dos recursos naturais (IRVING, 2002, p. 35 *apud* BURSZTYN, 2005, p. 66).

A maioria parte de turismo comunitário é operado pela sociedade local e que garante a sustentabilidade pelas ações turísticas, aproveitamento dos recursos disponíveis e faz com que os recursos gerando da atividade se revertam para beneficiar as comunidades. Ou seja, o turismo de base comunitária exerce suas atividades de oportunizar o mercado de trabalho às comunidades, os recursos gerados automaticamente vão beneficiar estes comunidades locais. E logo, o poder público pode utilizar estes recursos por meio de aplicação dos tributos, investindo nas políticas sociais, isso é na “[...] melhor distribuição da renda é consequência direta desse processo que pode se dar com a formação de cooperativas, associações, *joint ventures*, empreendimentos comunitários, além do

estabelecimento dos micros, pequenos e médios empresários locais, que com seus empreendimentos geram muitos postos de trabalho” (BURSZTYN, 2005, p. 77).

No desenvolvimento de turismo é necessário que exista a participação da comunidade local nos processos decisórios, preservando a questão de sustentabilidade, objetivando o desenvolvimento mais justo e equilibrando da população. Com nessa perspectiva, a política de turismo contribui no beneficiamento da grande parte de população que se habita no local, onde implanta o setor de turismo. O turismo comunitário conserva o meio ambiente, no foco de bem-estar social, além de geração de emprego, ele também beneficia a sociedade receptora.

O outro tipo de turismo, o mais praticado no mundo contemporâneo, que é marcado pela aparência de hotelarias modernas, prédios grandes e outros modelos, eles beneficiam apenas uma parte da sociedade, os empresários, e muitas das vezes os resultados de ação turística não influenciam o desenvolvimento das pessoas que estão redor no local de turismo. Em grande parte dos países mundiais, as empresas oferecem os serviços de turismo e que leva muitas das vezes não possibilita o indivíduo a ter acesso de um serviço do setor de turismo, de participar efetivamente o resultado positivo trazido pelo turismo. Por isso, o turismo comunitário segundo Bursztyn (2005) tem grande importância, possibilitando a própria comunidade local para autobenefício da ação turística, além de geração de renda, contribua no desenvolvimento local.

Outro modelo de turismo que pode beneficiar a maioria das pessoas (toda sociedade local a ser beneficiada) é ecoturismo. O turismo ecológico ou ecoturismo é um dos mais sustentáveis, pelo qual existe a preservação ambiental, valorização da cultura local e promoção do bem-estar dos indivíduos locais. Este tipo de turismo deve ser voltado para comunidade, pelo qual as comunidades que exercem as atividades de turismo e os benefícios são votadas para própria comunidade. Uma vez que o turismo ecológico é desenvolvido pela própria comunidade, os indivíduos locais vão se beneficiados das atividades de turismo e não deve pensar na participação das grandes empresas para aproveitamento da atividade do setor. Pois de fato, a comunidade já sabe como desenvolver a atividade, sem prejudicar o meio ambiente e sua cultura local.

### 3.4 Desenvolvimento Local

Na obra intitulada *Desenvolvimento: um conceito multidimensional*, Elinaldo Leal Santos e suas colegas (2012) apresentam o conceito histórico de desenvolvimento, sob diferentes concepções, em que esta abordagem é construída com base de três visões diferentes, tais são: desenvolvimento como superação das necessidades básicas, desenvolvimento como crescimento econômico e por fim, desenvolvimento como elemento da sustentabilidade do fator social e ambiental. A dimensão econômica se baseia na renda monetária, sendo o desenvolvimento visto como o alcance de um sistema capitalista, que comporte uma sociedade industrial, urbanização e que permita a acumulação dos bens.

Em sua obra intitulada “A Riqueza das Nações”, Adam Smith argumenta que o desenvolvimento de determinado Estado se dá a partir da superação das necessidades individuais dos agentes econômicos (produtor, distribuidor e consumidor), através da movimentação de atividade econômica em que estes agentes fossem capazes para satisfazer seus desejos e metas estabelecidos para alcançá-los, como enfatiza o autor:

[...] o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. Smith partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador e a sociedade se transforma no que é, ou seja, uma sociedade mercantil. Para ele, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade (Smith, 1776 *apud* SANTOS et. al., 2012, p. 47).

Para o autor supracitado, o indivíduo é movido pelo desejo dos lucros esperados pela determinada atividade, com sua necessidade, passa a procurar os meios para produzir mais e uma vez que passa a excedente, vai beneficiar para toda sociedade.

O desenvolvimento é visto como uma fórmula capaz de transformar sociedades atrasadas modernas ou avançadas. Nessa lógica, o conceito de desenvolvimento é sinônimo de acumulação e logo depois distribuição. Porém, como salientam diversos autores (FURTADO, 1986; SEN, 2000) essa ideia é contrária àquilo que, de fato, deveria ocorrer. Muitas das vezes existe a separação entre as forças e interesse no momento de distribuição dos resultados de desenvolvimento. Fazer crescer deveria e é preciso, mas nem sempre existe a distribuição ou pode dizer em outra forma que os benefícios do resultado de crescimento, nem tanto favorecer todos envolvidos, só privilegiam determinados grupos (FURTADO, 1986, SEN, 2000).

A acumulação de capital em si em determinado momento pode prejudicar o sistema econômico, causando pela supera produção e não há distribuição de riqueza. Brum (2000) e Hobsbamm (2007) – conforme apresentado por Santos e suas colegas (2012) – mostram que em 1929, com a crise do Sistema Capitalista como causa nessa questão de maximização da produção por benefício de atividade industrial a partir dos resultados da tecnologia utilizados na área e ao mesmo tempo, o momento em que não havia a política de redistribuição da riqueza para grupos de trabalhadores e consumidor como um todo. Esse crise levou os países do mundo a pensar em outros modelos para a estrutura do poder, o que conduziu a outra forma da ação de economia e política. Um pouco mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, o modelo consolidado e levado adiante num novo campo de conhecimento a Economia do Desenvolvimento, que tinha como proposta tratar o desenvolvimento como um fenômeno mais amplo, baseado não apenas na dimensão da renda (SANTOS et. al., 2012, p. 49).

Mesmo assim, o problema ainda acontecendo no mundo, pelo qual ainda ter a crítica sobre o modelo de desenvolvimento através de crescimento econômico, pois este não associa com a natureza, onde existe a influencia do homem em relação ao meio ambiente no momento em que a atividade produtiva se relaciona com os elementos do meio ambiente. Nessa perspectiva, foi apresentado dois modelos de desenvolvimento, uma é o eco desenvolvimento e outra é o desenvolvimento sustentável. Segundo Santos e suas colegas (2012), uma ideia de desenvolvimento que incluía os aspectos ambientais deve atender para a redução dos impactos trazidos pela ação humana à natureza e para uma inovação tecnológica de produção que seja menos agressora ao meio ambiente, visando o bem estar dos presentes indivíduos e o direito das futuras gerações em usufruir das conquistas do desenvolvimento.

Na dimensão social do desenvolvimento, esta abordagem trata do bem estar social, em que o desenvolvimento se relaciona como o grau de satisfação das necessidades humanas, em que existe valorização das pessoas, por meio de sistema de proteção ao cidadão pelo Estado. Esse modelo de desenvolvimento de bem estar social é voltada pela função do Estado que “[...] assume a responsabilidade mediante a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) para o desenvolvimento humano e social” (SANTOS et. al., 2012, p. 54). O modelo de desenvolvimento com base na economia clássica não é capaz de superar as necessidades básicas dos países de Terceiro Mundo, uma vez só considera o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB),

sem ter a possibilidade de redução dos problemas públicos mundiais como salientam os autores.

[...] o conceito de desenvolvimento nos moldes do pensamento econômico clássico não foi capaz de suprir as necessidades básicas dos países do Terceiro Mundo, ao considerar que o crescimento do PIB não alcançou as camadas inferiores da população. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deveria representar algo que possibilitasse uma progressiva redução e eliminação final da desnutrição, da doença, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das desigualdades. Assim, os princípios do crescimento e da acumulação de riqueza deveriam ser substituídos pelos princípios das necessidades básicas. Neste caso, o conteúdo do PIB tornaria mais importante que a sua taxa de crescimento (ISLAM; HENAULT, 1988 *apud* SANTOS et. al., 2012, p. 54).

O desenvolvimento na dimensão ambiental, sobretudo a respeito da sociedade sustentável refere-se à relação do homem com meio ambiente de forma equilibrada. Essa dimensão faz parte do desenvolvimento sustentável que integra seis aspectos como caminhos que devem ser seguidos para o desenvolvimento, são eles:

[...] a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação (CAVALCANTI, 2003, p.161 *apud* SANTSO et. al., 2012, p. 54).

O setor de turismo aparece muito na discussão sobre o desenvolvimento local que leva os atores sociais, os grupos e movimentos sociais, inclusive os poderes públicos a pensar na política de aproveitamento do turismo para promover o desenvolvimento em determinada localidade. Essa política de desenvolvimento local no setor de turismo baseia-se na potencialidade, característica ambiental, criatividade existente do local que gera o atrativo para implantação de um setor de turismo.

O surgimento de territorialidade leva o Estado a ter grande importância no processo de desenvolvimento territorial e aplicação das políticas públicas como destaca Shneider:

[...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (SHNEIDER, 2004, p.102 *apud* BONENTE; FILHO, 2007, p. 15).

Ainda argumentado pela atuação do poder público na coordenação desta atividade, o setor de turismo em sua atividade deve direcionar o bem-estar social, de modo que os indivíduos locais sejam beneficiados, e para que isto aconteça, é importante que os setores de políticas públicas dos governos locais participem efetivamente dos os processos de

turismo. Atuando em conjunto, com ações integradas, como por exemplo, a segurança, infraestrutura, educação e outros setores que leva o desenvolvimento local para os habitantes como indicou Dias:

[...] os produtos turísticos devem merecer uma atenção especial da administração pública os diversos departamentos ou secretarias devem adquirir uma cultura voltada para o turismo, pois sempre podem contribuir para a melhoria da qualidade do produto turístico oferecido, trazendo, portanto, mais benefícios para a localidade. Podemos citar secretarias ou departamentos de obras e serviços públicos, de cultura e esportes, de transportes, de educação etc. somente com o desenvolvimento de uma cultura turística na qual se compreenda a importância econômica dessa atividade haverá uma perfeita integração das diversas secretarias ou departamentos para a melhoria das condições de recepção dos visitantes (DIAS, 2005, p.40 *apud* HÜFFNER, 2011, p. 33).

A atividade de turismo deve levar em consideração a integralização do setor de turismo voltada para o desenvolvimento local, de modo que essa ação não é mais considerada como atividade industrial para aproveitamento e comercialização dos produtos gerados pelo turismo a serem consumido, porém prever os aspectos sociais que se interagem ao seu redor.

Entretanto, a contribuição de turismo para o desenvolvimento local deve repensar de modo mais amplo, não somente analisando as vantagens trazidas pelo setor, mas as desvantagens que o turismo proporciona a um local. A contribuição de turismo para o desenvolvimento local de modo exigir a questão de equidade social, pelo quais todos serão beneficiados pela atividade do setor, tanto as empresas quanto a sociedade, grupos sociais em determinados locais, onde o turismo se instala.

O Albert Otto Hirschman é um economista de Alemanha que aborda os diferentes conceitos para o desenvolvimento econômico, aproveitando os aspectos sociais, políticas e econômicos que envolvem no crescimento econômico e qualidade de vida social. Para o autor, o crescimento econômico é movimentação das atividades econômicas que geram o mercado de trabalho, emprego, consumo e entre outros benéficos econômicos. No entanto, o autor salienta que muitas das vezes os benefícios do crescimento econômico privilegiam apenas a alguns grupos, levando a existência da desigualdade social para determinado local ou nação. Para tanto, pensar no desenvolvimento em qualquer território, tanto no nível local ou até nacional, em que os “[...] benefícios gerados pelo crescimento deveriam ser adicionadas às políticas sociais ou medidas compensatórias para atender os não contemplados pelos mecanismos próprios do sistema econômico” (MALUF, 2015, p. 46).

Em sua tese, intitulada “A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas”, Fernando Burgos Pimentel dos Santos (2013) destaca

que há inúmeros obstáculos a serem enfrentados para a formulação e implementação de uma política desconcentradora ou redistributiva” ressaltando, no caso do Brasil, os “[...] modelos de desenvolvimento excludentes e a forma como o Estado se relaciona com o empresariado de grande porte e o sistema financeiro remonta à época das capitâneas hereditárias e terras de sesmaria” (CHRISTOFFOLI, 2008 *apud* SANTOS, 2013, p. 24). Dessa forma, a desigualdade também está relacionada com o papel do Estado na atuação do modelo de desenvolvimento adquiridos.

Para o autor, o governo local deve atuar como protagonista dessa mudança, na diminuição de desigualdade, pelas políticas sociais e pelo desenvolvimento local.

O papel dos governos locais no desenvolvimento local (Iniciativa de Desenvolvimento Local – IDL) é importante, pelo fato que este tipo de desenvolvimento visa à geração de emprego e ao mesmo tempo assegurando os aspectos sociais, culturais e territoriais como pontuou o autor:

[...] coordenar as demais iniciativas locais que estão dispersas no território, como as que buscam a geração de empregos ou o estímulo às empresas. A ênfase não está apenas em indicadores quantitativos de resultados, mas em aspectos qualitativos e extraeconômicos (sociais, culturais e territoriais). As buscas por soluções partem do âmbito territorial, através do melhor aproveitamento dos recursos endógenos existentes e da vinculação em redes dos diferentes atores socioeconômicos locais (ALBUQUERQUE, 1997 *apud* SANTOS, 2013, p. 78).

A ideia de IDL tem alguns principais componentes, tais como: “[...] qualificação dos recursos humanos; construção de redes e institucionalidade para fortalecer os mercados; fomento às MPEs e criação de novas empresas; construção de entornos inovadores em nível territorial; importância de fatores intangíveis como elementos de êxito das iniciativas” (ALBUQUERQUE, 1997 *apud* SANTOS, 2013, p. 78).

Segundo autor supracitado, o propósito de desenvolvimento local é qualificar as pessoas de comunidade, em que ter a oportunidade de exercer sua função como protagonistas para o desenvolvimento local por meio da flexibilidade das ações que os permite na mudança local, promovendo as atividades econômicas (turismo) na inovação que resolve problemas socioambientais, negociando e estabelecendo acordos e cooperações.

Neste capítulo revisitamos o conceito de turismo e depois o vimos o setor turístico tem crescido nos últimos anos, por isso é importante o seu planejamento, pois provoca impactos sociais, culturais e ambientais. O planejamento do turismo deve levar em consideração os seguintes aspectos: (a) a imprevisibilidade do turismo; (b) a importância de envolver a

comunidade local; (c) a discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento; (d) a relação entre a comunidade ou sociedade e os turistas; (e) as questões sobre quem são os beneficiários das atividades; (f) a vocação dos diversos pontos turísticos para receber os diferentes tipos de turismo.

## **4 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DO TIMOR-LESTE**

### **4.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor de Turismo**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED de Timor-Leste elaborado para os anos de 2011 até 2030, reflete a aspiração da sociedade timorense sobre a criação de uma nação mais forte e próspera. Em relação à potencialidade econômica do País, Timor-Leste “[...] possui recursos naturais valiosos, incluindo uma das matérias-primas mais importantes a nível mundial, o petróleo. O desenvolvimento do setor petrolífero pode ajudar a assegurar as bases de uma economia sustentável e vigorosa” (PED, 2011, p.11).

Conforme este plano, a receita da aproveitamento do petróleo pode ajudar as políticas sociais, como por exemplo, a educação e a saúde. Além disso, poderá ajudar o setor agrícola, de modo a expandir e/ou melhorar o nível de produção local no qual, com a atividade de agricultura, poderá gerar mais emprego. Por meio do investimento da receita do petróleo, o país poderá usá-la para financiar as ações de infraestrutura básica, objetivando facilitar o funcionamento das atividades econômicas que levam a nação a tomar-se mais moderna.

O PED visa ao desenvolvimento nacional para minimizar a pobreza em todos os municípios do país, promovendo o crescimento econômico justo e assegurando a qualidade de vida dos seus cidadãos, isto é, promover boa qualidade de saúde, educação e bem estar para todos como foi sublinhado:

Este plano visa desenvolver infra-estruturas fundamentais, recursos humanos e o fortalecimento da nossa sociedade, bem como, o crescimento do emprego no sector privado e nos sectores industriais estratégicos – tais como a agricultura, o turismo em crescimento e industrias a jusante no sector do petróleo e do gás (PED, 2011, p.13).

O desenvolvimento econômico do Timor-Leste, conforme o PED, visa à diversificação da sua economia para que se tome mais moderna as suas atividades, que se estruturam em três áreas indústrias essenciais: agricultura, turismo e petróleo, consideradas importantes para o desenvolvimento da localização geográfica, dos recursos

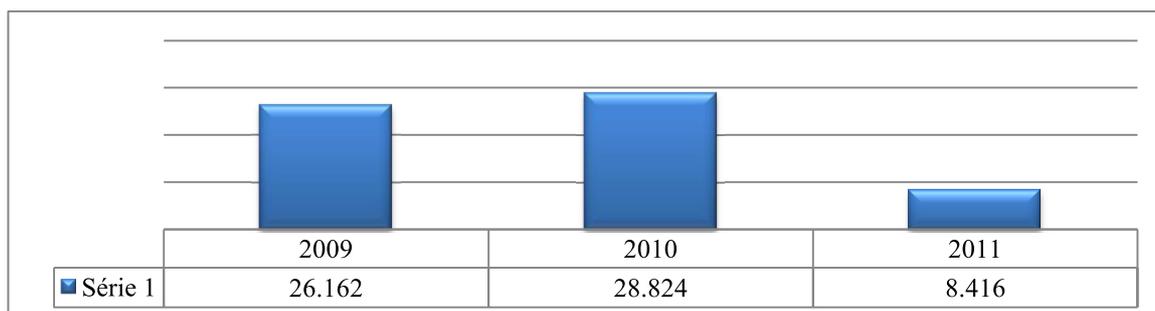
naturais e do perfil econômico do país. O setor de turismo também é tido como fundamental na agenda política deste plano do Estado, pois poderá contribuir para o crescimento econômico da nação. Assim, o plano revela que “O turismo e sobretudo o ecoturismo contribuirão de forma significativa para a economia nacional, sendo que as indústrias ligeiras complementarão e diversificarão a economia” (PED, 2011, p.128).

O setor de turismo para o desenvolvimento econômico segundo o PED, o Estado em conjunto com a sociedade timorense, pretende buscar desenvolver as atividades e os pontos turísticos que, em muitos os casos, foram esquecidos após a ocupação da Indonésia. Por meio das belezas naturais, históricas e patrimônios culturais, o Timor-Leste é visto com sua potencialidade promover o turismo por meio do apoio entre o setor público e o privado. Conforme apresentado pelo PED (2011, p.171), “Uma indústria bem-sucedida de turismo contribuirá com rendimentos para a economia nacional e para as economias locais, criará emprego, criará empresas e reduzirá os desequilíbrios econômicos regionais”.

Por meio da cultura tradicional, história e vivência do povo timorense, principalmente daqueles que moram nas zonas rurais, Timor-Leste tem grande potencial de promover aos turistas uma experiência única, agradável e memorável, através do turismo ecológico que é diferenciado nos países do Sudeste Asiático, os quais ofertam o mesmo serviço.

O desenvolvimento do setor de turismo está em fase de construção, pois necessita-se de uma política de infraestrutura turística mais adequada. No mercado turístico da região da Ásia, a concessão de vistos turísticos no Timor-Leste vem aumentando em cada ano, porém em 2011 houve o decréscimo, conforme os dados apresentados pelo Aeroporto, Porto e Posto Fronteiriços de Batugade, Bobonaro e Sacamato, como pode observado no seguinte gráfico.

**Gráfico 2: Chegadas de Turistas a Timor-Leste, 2009 a Março de 2011**



Fonte: Aeroporto, Porto e Postos Fronteiriços de Batugade, Bobometo e Sacamato *apud* PED, 2011

Conforme no gráfico anterior, o ano 2011, a taxa de chegada das turísticas diminuiu significativamente devida não interesse pelos turísticos sobre as atividades turísticas existentes no país. A infraestrutura principalmente não suporta para o funcionamento de turismo, assim, este plano visa na melhoria de infraestrutura que auxilia tal atividade.

Para que exista o crescimento do setor turístico em Timor-Leste, o Estado deve oferecer um nicho de mercado para os visitantes, tais como: turismo ecológico e marítimo; turismo histórico e cultural; turismo de aventura e desporto; turismo religioso e de peregrinação. Para tanto, o Estado precisa desenvolver a capacidade de realização das conferências e convenções internacionais como forma de acelerar este crescimento.

Para o desenvolvimento turístico em Timor-Leste é necessário que exista o melhoramento das condições das infraestruturas como fator fundamental para o seu funcionamento, tais como as estradas, pontes, eletricidade, telecomunicações, pois na medida em que é realizado o grande projeto de infraestrutura do país, o setor da indústria de infraestrutura irá progredir, de modo que possa responder aos problemas enfrentados pelo povo timorense devido à ausência do turismo (PED, 2011, p.174), como foi destacado no documento:

Para satisfazer este mercado turístico, precisaremos de melhorar as nossas infra-estruturas de base, incluindo estradas e pontes, electricidade, telecomunicações, aeroportos e portos marítimos. A medida que são realizados grandes projectos de infra-estruturas, a indústria do turismo será desenvolvida para responder à maior acessibilidade do nosso país. O planeamento a nível de infra-estruturas, incluindo a priorização de projectos, levará em conta as necessidades da indústria do turismo para garantir que a indústria não é afectada por más condições de acesso ou pela falta de infra-estruturas críticas. A importância do sector, para o futuro de Timor-Leste, irá garantir que o nosso programa de infra-estruturas dá prioridade a projectos tais como melhorias ao aeroporto de Dili e aos aeroportos de distrito, aos portos marítimos de distrito, às estradas e às telecomunicações (PED, 2011, p.174).

Ainda como salienta o plano estratégico, em termos de recursos humanos, existem alguns desafios para o funcionamento da política turística em Timor-Leste, pois o país apresenta recursos humanos limitados para suprir a indústria de turismo em crescimento. Para tanto, o plano vai incidir o setor da educação e na formação vocacional do desenvolvimento de qualificação para o setor industrial, por meio da parceria entre o setor da educação e o turismo. A fim de que os recursos humanos possam atender ao mercado do turismo, a formação de alunos desde o ensino secundário do país até ao técnico vocacional, abrange a área de gestão, hotelaria, fornecimento de refeições, restauração e gestão empresarial.

Além disso, as comunidades locais também fazem parte no processo de desenvolvimento turístico por meio do apoio na oferta de serviços aos visitantes, como no alojamento, serviços de guia e preparação alimentar (hotelaria) para os visitantes.

[...] as comunidades serão ajudadas com novas opções de tecnologias de informação e acesso a internet, ligando viajantes a empresas e atrações locais. A indústria dos restaurantes será regulada, de forma a garantir os padrões apropriados e criar as bases para ganhar qualidade e experiência na confecção de refeições especiais, incluindo a cozinha timorense, portuguesa e africana (PED, 2011, p.175).

O plano de desenvolvimento econômico, mais especificamente no setor de turismo é dividido em três zonas turísticas que englobam toda a área timorense, tais como: zona turística oriental, zona turística central e zona turística ocidental. De cada um delas, são apresentadas as características turísticas que as diferenciam umas das outras, no qual o Estado por meio do plano estratégico pretende desenvolver. Na próxima seção, demonstrada cada zona turística e suas especificidades no Timor Leste.

#### ***4.1.1 Zona turística oriental***

Na zona turística oriental, o plano de desenvolvimento turístico engloba o início da ilha de Jacó e Tutuala até Com (as localidades turísticas do município de Lautém) que oferecem experiência turística ecológica, com reabilitação das infraestruturas turísticas das pousadas em Tutuala como pré-requisito e base para a aproveitamento nas áreas circundantes. Assim, conforme previsto no plano, a zona turística oriental do Timor-Leste “[...] será um destaque das ofertas turísticas de Timor-Leste, com praias tropicais cristalinas e um cenário montanhoso impressionante, e oferecerá caminhadas de aventura, arquitetura portuguesa histórica e cultura local de aldeias” (PED, 2011, p.176).

Além disso, o plano visa melhorar as infraestruturas do país como um todo, voltando-se para a melhoria das infraestruturas das rodovias e telecomunicações. Conforme estabelecido no plano, as empresas locais têm a oportunidade de fazer parte deste processo de desenvolvimento turístico na zona oriental.

As empresas locais serão encorajadas a oferecer experiências se mergulho, pesca e deslocções por barco a praias recatadas e intocadas, viagens à ilha de Jacó, com as suas belas praias e vida marinha, serão comercializadas como o destaque de uma visita à região. Para facilitar o aumento do turismo nesta área, irão melhorar-se substancialmente as infra-estruturas rodoviárias e de telecomunicações, sendo igualmente prestada formação relevante à população local (PED, 2011, p.176).

Segundo PED (2011), a aldeia piscatório próxima a Com é vista como uma das principais atrações turísticas, uma vez que se deve desenvolver esta aldeia como o centro

de alojamento para dar apoio aos visitantes e se faz em uma oportunidade de autêntica e de promoção da experiência na vida cultural timorense. O desenvolvimento do turismo no começo de Lautém chega até o município de Baucau como a segunda maior cidade do país.

A saída no Município de Lautém até Baucau, nos caminhos das estradas, é vista pela grande produção de arroz, chegando até o município de Manatuto. Nesse sentido, no Baucau, estabelece-se uma estância de turismo ecológico com uma qualidade que apoiará este município como destacado:

A aldeia piscatória de Baucau, com as suas águas tópicas reluzentes, será promovida como um ponto alto de uma visita a Baucau. Na cidade antiga, o mercado será renovado para oferecer um centro cultural e de artesanato, com um café e um Centro de Informações Turísticas. O edifício renovado do mercado irá exibir arquitectura colonial portuguesa e destacar o nosso património cultural. O complexo de piscinas próximo, com água límpida, será também renovado para oferecer uma experiência de natação única entre jardins tropicais luxuriantes (PED, 2011, p.177).

O desenvolvimento turístico em Baucau irá servir como base para caminhadas, para visitantes culturais até Quelicai e para a sagrada montanha que é o Monte Matebian, inclusive para o pé desta montanha, em que os visitantes podem passar pelas localidades rurais, alojando-se nas pousadas locais, aprendendo o respeito da cultura local, património e a história de resistência nacional naquela localidade. A zona turística oriental do Timor-Leste vai oferecer as atividades turísticas às “[...] opções de alojamento de turismo ecológico costeiro, que funcionarão também como ponto de partida para viagens de mergulho com botija, pesca e observação de baleias”, ainda apresentado pelo PED.

Portanto a zona destacada através das praias tropicais cristalinas e cenários montanhosos, zona que oferta caminho de aventura, arquitetura portuguesa e culturas locais em que a sociedade habita.

#### ***4.1.2 Zona turística central***

A zona turística central do país abrange a capital do país (Dili), a região de Maubisse (posto administrativo do município de Ainaro) e a ilha Ataúro. Como a capital do país é a principal entrada dos visitantes, Dili é vista como projeto dinâmico de desenvolvimento turístico no país que tem potencial para oferecer uma gama completa de serviços e opções turísticas, além de alojamentos aos turistas que desejam habitar no país (PED, 2011, p.178).

O município de Dili, além de considerada como o centro de apoio turístico para todas as localidades das zonas turísticas, é visto também como a cidade que exhibe o turismo de culturas e histórias por meio da proteção e reabilitação dos monumentos portugueses, tais como Cemitério de Santa Cruz, novo Museu e Centro Cultural de Timor-Leste, Museu Resistencia e o Museu da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação – CAVR.

A história única de Timor-Leste, em termos de política e de resistência, será igualmente promovida, incluindo locais importantes tais como o Cemitério de Santa Cruz, o Museu da Resistencia e o Museu da CAVR (que abrange os eventos de 1975 a 1999 em Timor-Leste). Um novo Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e uma Nova Biblioteca e Arquivo de Timor-Leste (ver Capítulo 2 – Cultura e Patrimônio) tornar-se-ão instituições importantes de cultura e patrimônio nacionais, sendo encorajadas galerias que destaquem e promovam as nossas artes e artesanatos (PED, 2011, p.178).

Ainda apresentado pelo plano, o município de Dili apresenta também o turismo religioso, que é mais conhecido no país através do Cristo Rei. O desenvolvimento turístico nessa zona, principalmente o Cristo Rei “[...] continuara a ser um foco significativo e um marco de Dili, devendo ser estabelecida uma estância ecológica sustentável na praia por trás do Cristo Rei” (PED, 2011, p.178).

Como a ilha Ataúro faz parte do município de Dili, o desenvolvimento econômico na área de turismo irá abrir as portas para esta ilha, de modo a promover o centro de mergulho com botija, além de que o plano pretende a realizar “[...] cabanas ecológicas com baixa impacto a trabalhar com as comunidades locais para dar aos turistas experiências autênticas e remotas”, conforme prever o plano estratégico.

Na região Maubisse, o plano de desenvolvimento econômico prevê o desenvolvimento do turismo de aventura, incluindo a escalção a pé até a montanha mais alta do Timor-leste que é o sangrado Monte Ramelau. Para tanto, o Estado timorense estabelece que as casas para privadas e pousadas devam apoiar os alojamentos dos visitantes.

#### ***4.1.3 Zona turística ocidental***

A zona turística ocidental engloba a Estrada da Costa Norte que oferece os tipos de cabana ecológicos e estância, objetivando refletir e valorizar o patrimônio histórico das comunidades locais, como por exemplo, a cidade costeira do município de Liquiçá, em que se aproveita a arquitetura encantadora que foi encontrada na colonização portuguesa e construiu uma viagem agradável a partir de Dili para Liquiçá. Continuando pela zona do

norte, o plano vai promover o Forte Holandês de Maubara (a localidade que pertence no município de Liquiçá) como centro de arte e artesanato tradicional do Timor-Leste.

De acordo com plano estratégico para o desenvolvimento econômico, Timor-Leste vai desenvolver a cidade história que é o Balibó (pertencendo ao município Maliana), pelo qual existe a Forte Português a contemplar o oceano, cruzado Timor-Leste. Além disso, vai estabelecer “[...] um pequeno museu, dedicado à história local de Balibó, com casa portuguesa do forte a tornar-se um café e uma base a partir da qual se poderá explorar a história” e como prever no plano, o “[...] Forte Português será reestudado e desenvolvido para oferecer, dentro das paredes do forte, uma experiência de hotel-boutique altamente influenciada pelo patrimônio” (PED, 2011, p.179).

O desenvolvimento turístico vai chegar ao município Maliana, principalmente As Ternas de Marobo que são locais atrativos ao turismo em Timor-Leste. Para tanto, o Estado deverá melhorar as rodovias que ligam Dili e o município de Ermera. A visita a esses pontos turísticos, oferece aos turistas montanhas deslumbrantes pois “[...] os turistas a entrarem em áreas de cultivo de café orgânicas e a verem, por si, como as comunidades locais produzem café de classe mundial para exportação” (PED, 2011, p.180).

## **4.2 Caminhos Possíveis da Política de Turismo para o Desenvolvimento do Timor-Leste**

### ***4.2.1 Política de turismo com base de desenvolvimento local***

A partir da análise do PED de 2011 a 2030, principalmente no que se trata a respeito de turismo, o presente plano não se aborda as questões imprevisibilidade do turismo, envolvimento da comunidade local, somente na disponibilidade de receber os visitantes e apoiar para oferecer os serviços para turísticas como experiências não esquecidas e não prever a capacitação das pessoas voltada à atividade de turismo. Ao longo da análise sobre o plano timorense, não prever como sendo as relações entre as comunidades locais e visitantes e os beneficiamentos das atividades turísticas. Dessa forma, o desenvolvimento de turismo para Timor-Leste deve seguir alguns caminhos que contribuam o país na melhor forma que possa agradar tanto as pessoas envolvidas (comunidades locais e visitantes) quanto o meio ambiente, pelo qual o país apresenta a grande biodiversidade.

O desenvolvimento local é um dos fatores que influenciam no processo de desenvolvimento turístico em Timor-Leste. Pois as condições das infraestruturas adequadas, como por exemplo, a rede de conexões de rodovias, portos, aeroportos,

eletricidade, saneamento básico e hotelarias são fatores que dão suporte ao funcionamento da atividade turística. Segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011, p.172):

[...] sector turístico esta nas primeiras fases do seu desenvolvimento, com um número ainda limitado, mas crescente, de turistas internacionais e com infraestruturas turísticas emergentes. As más condições da rede rodoviária do país, as fracas opções em termos de alojamento e as ligações aéreas relativamente caras constituem desafios ao crescimento do sector.

Portanto, o poder local tem papel importante como autor principal para o desenvolvimento local na oferta de serviços adequados para o setor de turismo em Timor-Leste. Sendo que atualmente o país está dividido em municípios, cabem aos poderes municípios desempenharem as funções de desenvolver as atividades turísticas, com base da integração da sociedade local para construir um melhor turismo como adequado previsto no PED de 2011 a 2030.

A política pública de turismo faz parte do processo de desenvolvimento do país, que este pode ou não contribuir para Timor-Leste, dependendo da maneira como a ser implantada. No entanto, sua contribuição é importante para o aumento do mercado de trabalho, maximizar os produtos locais para a atração turística, principalmente na produção do artesanato do país. O turismo pode fomentar as sociedades locais de modo incentivá-los para o desenvolvimento local, dependendo de uma política que abranja a questão socioambiental, sociopolítica e socioeconômica.

Como Timor-Leste possui belezas naturais e lugares interessantes para a atividade turística, o Estado timorense por meio do PED, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do setor de turismo, deve focalizar as atividades que levam a sociedade à autossustentabilidade, promovendo a geração de emprego para a sociedade timorense. Isto porque a sociedade timorense, principalmente os jovens que, estão precisando adentrar no mercado de trabalho, conforme apresentando no início do trabalho acerca dos problemas relacionados a agência do turismo que leva ao desemprego no país, principalmente nas zonas rurais, onde a maioria da sociedade não possui emprego para garantir sua renda. No entanto, estas pessoas sobrevivem da agricultura substancial, no qual produzem produtos para o consumo próprio, sem comercializar para o insumo de outras rendas.

O desenvolvimento através do turismo deve colocar uma política de base das tipologias turísticas existente do país, sendo que este é viável para o atual Timor-Leste, pelo qual os jovens que estão nos municípios interiores podem exercer a função no

desenvolvimento das atividades turísticas sem saírem das suas localidades para a capital em busca de empregos. Além disso, na análise dos dados encontrados sobre os problemas relacionados à falta de uma política de turismo, leva a existência das questões de mercado de trabalho em grande parte populacional de Timor-Leste. O setor privado também não possui a capacidade de oferecer o mercado de trabalho para toda a sociedade timorense, sendo que assim, o turismo pode contribuir na geração de empregos.

A política de turismo que se faz na geração de emprego para aumentar a renda das pessoas deve voltada para Timor-Leste e pensada de maneira diferenciada daquele que a considera como padrão de turismo (grandes construções de hotéis, maiores construções das infraestruturas que degradam o meio ambiente, não há sustentabilidade das atividades turísticas). O desenvolvimento do turismo deve ser pensado para além do aumento da renda dos timorenses, voltado principalmente para o desenvolvimento local nos municípios afastados da nação.

Uma vez que implantada uma política de turismo de maneira adequada, de forma ao desenvolvimento local, será possibilitado aos municípios existentes solucionar os problemas que foram detectados nas primeiras abordagens do presente trabalho. Estes problemas, resgatando-se alguns deles, são: as estradas, empregos, educação, criminalidade e sistema de saúde, por meio de recolhimento dos tributos de turismo.

A nova política de turismo voltada para o Timor-Leste deve ser exercida de maneira diferenciada, isto é, com base no desenvolvimento local, através do foco à sociedade de exercer funções importantes na implementação do plano estratégico do país que está sendo tratado dentro do presente trabalho. A visão de desenvolvimento local é muito importante para a sociedade timorense, de pensar o desenvolvimento de turismo, em que o resultado do turismo beneficia as populações locais, onde eles utilizam os recursos gerados do turismo para o sustento da família (suprindo suas necessidades básicas). Logo, os poderes locais impõem os tributos justos para atividade de turismo, ou seja, o governo além de incentivar a política de turismo, ele também cobra a atividade de turismo pela aplicação dos tributos. Com a arrecadação dos tributos, os governos locais podem investir nas áreas necessárias para o desenvolvimento local com o intuito de levar melhorias para a infraestrutura do turismo (estradas, aeroportos, portos, rodoviárias e outros fatores relacionados à função de turismo).

Além disso, com base no desenvolvimento local, os governos locais utilizam os benefícios gerados pelo turismo para aplicar nas atuais políticas sociais timorenses que precisam de sua atenção de maneira a favorecer a população local. Os municípios devem

investir nas políticas sociais, tais como: saúde, educação, desporto, lazer, entre outras, para garantir a qualidade de vida dos timorenses de maneira justa e igualitária em todo o território do país.

#### ***4.2.2 Os timorenses são beneficiados pela atividade de turismo***

A partir da análise do PED timorense, sobretudo, das metas para o setor do turismo, inseridas no capítulo que trata do desenvolvimento econômico, verificou-se que o plano não aponta quem são os beneficiados pela política, nem o como se dará o processo de investimento para que as atividades de turismo previstas possam ser implementadas. Ao contrário, apenas se refere os pontos interessantes de turismo existentes em cada região do país. Adota uma visão de aproveitamento as áreas turísticas, apontando como os visitantes poderão mergulhar nas culturas e vivências das comunidades. Mas não prever ações que favoreçam à população, levando-as a se preparar para que possam se beneficiar na oferta de serviços de turístico.

Tomando em consideração a literatura consultada, é possível afirmar que no planejamento da política de turismo para o Timor-Leste deve ser pensado a questão do auto beneficiamento, ou seja, as atividades turísticas de Timor-Leste devem ser executadas pelos próprios timorenses. A partir da análise dos dados estatísticos populacionais de Timor-Leste, observa-se que a grande parte da sociedade timorense é considerada jovem, estando entre as idades de 15 a 59 anos. Assim, o turismo timorense deve e é necessário que seja executado pelos jovens, para que estes levem uma vida ativa dentro da sociedade local. Além disso, o desenvolvimento de turismo para Timor-Leste deve engloba a questão de formação à comunidade, incentiva-las por meio da oferta de créditos produtivo pelos bancos nacionais, de modo prepará-las na oferta de serviço aos turistas. Podem-se incentivadas através de empreendedorismos locais.

As ações turísticas timorenses devem englobar os jovens nos locais que são considerados pontos turísticos, pelo qual esta atividade deve ser voltada aos jovens como uma das políticas adequadas para resolução dos problemas que foram detectados durante a análise e discussão do presente trabalho. A partir da oferta de empregos aos jovens, pela atuação deles na área de turismo, estes irão se concentrar no seu trabalho, deixando de se envolver em problemas que muitas das vezes são gerados pela ação dos jovens no mundo atual por conta do desemprego. Nota-se que os jovens atuais, por falta de oportunidades no mercado de trabalho principalmente em Timor-Leste, são levados a fazer parte das

organizações criminosas e buscar meios que poderão prejudicar a existência dos problemas no ambiente da sociedade.

O turismo de Timor-Leste deve voltar-se para as comunidades locais que vão exercer funções de todos os processos turísticos, principalmente na aproveitamento dos pontos turísticos existentes no país que foram abordados ao longo do trabalho (turismo cultural, turismo religioso e turismo histórico). Essas modalidades de turismo devem ser desenvolvidas pelos próprios timorenses, pois eles sabem como funcionam as ações e sabem quais são as medidas relevantes a serem tomadas no momento da execução das atividades turísticas, que agradam além dos visitantes, também as comunidades locais.

Na discussão teórica muitos autores relatam as questões do turismo que se relacionam ao impacto sociocultural nos locais onde exercem atividades de turismo. A OMT também relata muito sobre o impacto trazido pelo setor de turismo nas comunidades locais, onde a maioria das comunidades não é beneficiada pelo turismo, que até os leva a problemas que prejudicam a vida diária das populações locais. Dessa forma, pensar o turismo para Timor-Leste deve englobar as comunidades locais timorenses para que elas saibam como funcionam o turismo que reflete em sua realidade local.

Ao serem trazidos os benefícios do turismo para a sociedade timorense novamente o papel dos governos locais é fundamental na formação e capacitação do corpo de pessoal que vai atuar nas atividades de turismo, de saber como funcionam as atividades e ações turísticas desenvolvidas em diversos países e localidades, além de levar estas ações para o contexto timorense, de modo a adaptar a realidade das populações locais à implementação do turismo. Contudo, o turismo de Timor-Leste deve ir além do aumento da renda da população, prevenindo os impactos sociais e culturais negativos, apoiando as culturas e tradições locais e trazendo a harmonia entre os visitantes e moradores locais para que todos sejam beneficiados pelas atividades do setor.

#### ***4.2.3 A sustentabilidade da política de turismo e preservação de meio ambiente***

Em muitas realidades as questões voltadas ao turismo trazem problemas não somente para as comunidades locais, mas também para o meio ambiente, no que diz respeito aos problemas ambientais gerados pelo turismo. Na discussão do corpo teórico relatados pelos diversos atores acadêmicos consultados, pode-se perceber que as atividades de turismo podem levar à degradação do meio ambiente. Ou seja, como é corretamente referido na literatura consultada, o turismo pode trazer impactos negativos não apenas para as comunidades, mas também para o meio ambiente.

O problema do meio ambiente foi discutido por diversos atores (os acadêmicos, a sociedade civil, as organizações nacionais e internacionais) a respeito das relações do homem com o meio ambiente, que nem sempre é respeitosa. Isto é, observado desde a pré-história humana, no momento em que o homem se relaciona com o meio ambiente para aproveitar recursos para a sobrevivência de sua própria espécie, ele pode colocar em risco o meio ambiente, pela exploração desenfreada e pouco racional (XAVIER, ALCÓCER, OLIVEIRA, 2016).

Esse aproveitamento do meio ambiente foi intensificado a partir da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, principalmente quando do aproveitamento de recursos naturais como insumos para a produção industrial. Com o aumento do aproveitamento ambiental, pela degradação da biodiversidade, a ONU realizava diversas ações e conferências para limitar a ação humana sobre os danos ao meio ambiente (Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizado em 1970, em Estocolmo, capital da Sueca que gerou um documento denominado “Declaração de Estocolmo”, estabelecendo os 26 princípios comuns sobre a conduta humana sobre o meio ambiente e a Agenda 21 realizada no Rio de Janeiro, uma das capitais do Brasil, em que as nações presentes aprovaram a “Agenda 21”, documento que estabeleceu metas sobre o equilíbrio ambiental e a justiça social) (XAVIER, ALCÓCER, OLIVEIRA, 2016).

O planejamento de turismo para Timor-Leste deve se muito cuidadoso com a questão do meio ambiente, buscando formas mais adequadas para que as atividades turísticas não possam prejudicar a biodiversidade existente no país. A busca pelo ideal viver em um ambiente limpo e com qualidade de vida tanto para sociedade local, como também para os demais seres vivos. Uma política de turismo deve ser pensada em função da diminuição dos impactos ambientais gerados durante a execução do turismo, eliminando a possibilidade de contaminação de água, poluição e outras práticas muito agressoras ao meio ambiente.

O setor de turismo timorense deve priorizar a questão da sustentabilidade, ou seja, o Estado e a sociedade timorense devem implantar uma política turística sustentável, de maneira a incentivar o consumo consciente, a produção necessária, a não destruição ambiental e o uso de produtos sustentáveis para a não geração e acúmulo de lixo. A urbanização voltada para o turismo, sobretudo os hotéis e pousadas, devem se basear na arquitetura conveniente ao ambiente local que devem atrair tanto as comunidades locais, como os visitantes.

Ao chegar a estes pontos principais acerca do turismo de maneira sustentada na preservação do meio ambiente, principalmente na conservação da biodiversidade existente em Timor-Leste, deve-se colocar nos planos e metas governamentais o controle e a preservação ambiental nas atividades turísticas, principalmente nas terras onde irão ser implantadas as atividades de turismo. Conforme discussão colocada por Zilioli (2008) apresentado pelo Hüffner (2011), a maior parte do turismo que exerce sua função nas comunidades e resultam em danos ambientais, sobretudo, voltados para as espécies, faunas e floras. Essas questões são resultado de um planejamento inadequado sobre a realidade local que geram a contaminação da água, do solo e demais questões ambientais.

Para tanto, o planejamento do turismo para Timor-Leste deve focalizar as realidades locais, sobretudo, às espécies existentes no país, de modo a não prejudicar o ambiente para que a atual geração tenha o direito de utilizar e as futuras gerações tenham o direito de usufruir de um ambiente limpo e saudável. Um turismo que valoriza os valores culturais e arquiteturas timorenses das diversas zonas existentes no Timor-Leste, de forma a respeitar o meio ambiente com sustentabilidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou realizar uma análise do plano de desenvolvimento econômico na área de turismo inserido no PED de Timor Leste de 2011 a 2030, examinado, com base na literatura sobre políticas de turismo e desenvolvimento local e territorial, se a política de turismo prevista no plano é viável para contribuir para o desenvolvimento do Timor Leste ou não. Para atingir tal objetivo, examinou-se os problemas socioeconômicos enfrentados pelo Timor que poderiam ser solucionados, pelo menos em parte, com a implantação de uma política de turismo. Buscou auxílio nas literaturas sobre desenvolvimento de atividade turística. A ideia foi mobilizar essa base teórica na busca de conhecimento necessário para analisar a solução desenhada pelo governo timorense, esboçada no Plano Estratégico de desenvolvimento (2011-2030).

Partiu dos seguintes pressupostos: a) em relação ao desenvolvimento local, percepção de que a política de turismo deve beneficiar a própria sociedade timorense. b) em relação ao desenvolvimento sustentável, a visão de que a política de turismo deve ser sustentada, ou seja, deve apresentar-se de maneira não agressora o meio ambiente.

A revisão de bibliografia sobre o turismo e seu planejamento identificou que o planejamento do turismo deve levar em consideração os seguintes aspectos: (a) a imprevisibilidade do turismo; (b) a importância de envolver a comunidade local; (c) a discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento; (d) a relação entre a comunidade ou sociedade e os turistas; (e) as questões sobre quem são os beneficiários das atividades; (f) a vocação dos diversos pontos turísticos para receber os diferentes tipos de turismo.

Além disso, no planejamento dos planos e programas governamentais deve-se incorporar o processo de execução de turismo deve voltar aos timorenses, de modo a beneficiarem as populações locais e não por capital externo, e implementar os tipos de turismo previstos no PED de maneira sustentável e conservando os recursos naturais do país. Conforme na discussão da literatura por Molina (2005) apresentado por Martoni (2010), no planejamento de turismo deve ter a importância da participação das comunidades locais.

O desenvolvimento de turismo para Timor-Leste deve ter a política multisetorial que abranja diversos setores governamentais do país, pela mobilização para a política do turismo, conforme a discussão da literatura revisada. Como ressaltar Hüffner (2011), os produtos turísticos merecem toda a atenção da administração pública, devendo envolver os diversos departamentos ou secretarias. O governo deve promover incentivos para que

tais secretarias possam adquirir uma cultura voltada para o turismo, pois sempre podem contribuir para a melhoria da qualidade do produto turístico oferecido, trazendo, portanto, mais para a localidade. O autor destacou que somente com incentivo a uma cultura turística, compreenda a importância econômica dessa atividade haverá uma perfeita integração das diversas secretarias ou departamentos para a melhoria das condições de recepção dos visitantes (DIAS, 2005, p.40 apud HÜFFNER, 2011, p.33).

A partir das pesquisas e análise de literaturas sobre as questões do turismo, o que se denomina de política de turismo para o desenvolvimento do Timor-Leste, deve-se pensar na questão do desenvolvimento local, além da movimentação das atividades econômicas, que também possibilitam à sociedade local exercer funções ativas na atividade de turismo. Uma política que visa à sustentabilidade das suas ações, preservando o meio ambiente e minimizando os danos do atual turismo. Sendo assim, o que foi projetado na hipótese do presente trabalho, no que diz respeito à viabilidade de uma política de turismo para o desenvolvimento do Timor-Leste, pode contribuir para o país. Para isto, cabe seguir os caminhos sugeridos que foram abordados nesta última seção.

Como o país apresenta recursos humanos limitados para suprir a indústria de turismo em crescimento, o plano vai incidir no setor da educação e na formação vocacional do desenvolvimento de qualificação para setor de turismo, por meio da parceria entre o setor da educação e o turismo. A fim de que os recursos humanos possam atender ao mercado do turismo, a formação de alunos desde o ensino secundário do país até ao técnico vocacional, abrange a área de gestão, hotelaria, fornecimento de refeições, restauração e gestão empresarial. Ademais, o plano visa melhorar as infraestruturas do país como um todo, voltando-se para a melhoria das infraestruturas das rodovias e telecomunicações para auxiliar as atividades de turismo desde saída dos visitantes até sua volta.

Uma política de turismo deve abranger a participação do poder público com a pactuação entre o governo e os agentes turísticos, que são os próprios timorenses na execução das atividades, devendo o governo por meio da aplicação dos tributos, redistribuí-los nas políticas sociais que necessitam de maior atenção pelo Estado. Dessa forma, o turismo para Timor-Leste irá beneficiar grande parte da sociedade, principalmente as comunidades locais que precisam adentrar no mercado de trabalho, além de promover a melhoria da qualidade de vida nas áreas mais remotas com ações de redistribuição de renda para todos os timorenses, onde quer que estejam.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Cíntia Rejane Möller. **A participação societal na concepção das políticas públicas de turismo no Brasil: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1.991 a 2006.** São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2490/86592.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, p. 15-29. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/poloniteroi/article/download/2342/1731>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- BONENTE, Bianca Aires Imbiriba di Maio; FILHO, Niemeyer Almeida. **A Economia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica: novos rumos da disciplina.** Londrina. 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1120.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BURSZTYN, Ivan. **Políticas Públicas de Turismo Visando a Inclusão Social.** Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- BUSINESS TIMOR. **Participasaun feto iha setor infra-estrutura menus liu.** 2015. Disponível em: <<http://www.jornalbisnistimor.com/lalenok-sidade-dili/2853-participasaun-feto-ih-setor-infra-estrutura-menus-liu>>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- DESPOSITO PHOTO. **Mapa de Timor-Leste.** Disponível em: <<http://pt.depositphotos.com/32475809/stock-illustration-east-timor-map.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE TIMOR-LESTE. **Indicadores estatísticos trimestrais: 1º trimestre 2010.** Dili: DNE, 2010. Disponível em: <[http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/website\\_qsi\\_6issue.pdf](http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/website_qsi_6issue.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- FOLHA SÃO PAULO. **Violência toma ruas de Timor Leste.** 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft05099911.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas pública no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, vol. 50, n. 6, p. 959-979. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/en\\_0034-7612-rap-50-06-00959.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/en_0034-7612-rap-50-06-00959.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da Ilha de Cotijuba, Belém – PA.** 2011. Disponível em: <<http://www6.unama.br/mestrado/desenvolvimento/attachments/article/57/Estudo%20sobre%20os%20impactos%20do%20turismo%20em%20%C3%A1reas%20naturais%20em%20>>

20processo%20de%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o;%20O%20Caso%20da%20Ilha%20de%20Cotijuba,%20Bel%C3%A9m%20-%20PA.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

INFO DIÁRIO. **Promoção da Democracia e Direitos Humanos:** Comunidade lusófona quer mais activismo. 2016. Disponível em: <[http://infodiario.co.mz/articles/detail\\_article/24168](http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/24168)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MALUF, Renato S.. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), p. 43-63. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n1/0101-3157-rep-35-01-00043.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Globalização e Turismo:** limites do desenvolvimento local na ordem contemporânea do capita. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/gt09/arquivos/09/Globalizacao%20e%20Turismo%20Limites%20do%20Desenvolvimento%20Local%20na%20Ordem.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt09/arquivos/09/Globalizacao%20e%20Turismo%20Limites%20do%20Desenvolvimento%20Local%20na%20Ordem.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE. **Dezenvolvementu Pro Ambiente.** 2015. Disponível em: <<http://www.mcia.gov.tl/berita-203-dezenvolvementu-pro-ambiente.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

OBSERVADOR. **Timor-Leste:** quase 70% da força laboral timorense fora do mercado de trabalho. 2016. Disponível em: <<http://observador.pt/2016/05/16/quase-70-da-forca-laboral-timorense-do-mercado-trabalho/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

OLIVEIRA, Fabiana Santos Rodrigues. **Pluralidade de vozes, sentidos e significados do turismo no Timor-Leste:** Projetos turísticos e a negociação da cultura leste-timorense. 2013. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4796/1/2013\\_FabianaSantosRodriguesdeOliveira.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4796/1/2013_FabianaSantosRodriguesdeOliveira.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2002:** Ukun rasik a'na o caminho à nossa frente. 2002. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl\\_final.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2006:** O caminho para sair da pobreza. 2016. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/NHDR\\_TL\\_2006\\_PTV.1.pdf](http://www.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/NHDR_TL_2006_PTV.1.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2016.

ROCHA, Luciene Mágda Lima. **Ecoturismo:** Uma oportunidade de desenvolvimento no Timor-Leste. 2007. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/195/1/2007\\_LucieneMagdaLimaRocha.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/195/1/2007_LucieneMagdaLimaRocha.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional**, n. 2. 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/download/215/284+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel. **A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas**. São Paulo. 2013. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10670/Tese%20-%20Fernando%20Burgos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SAPO TIMOR-LESTE. **Desemprego está na base da criminalidade em Timor-Leste – Xanana Gusmão**. 2013. Disponível em:

<<http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/16742155.html>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Setor infraestrutura sai prioridade ba desenvolvimentu nasonál iha Timor-Leste**. 2014. Disponível em:

<<http://noticias.sapo.tl/tetum/info/artigo/1417411.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Learning, 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 2p.

SECRETARIA DE ESTADO PARA A POLÍTICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO. **Turizmu Komunitariu Bee manas Marobo**. 2016. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pg/sepfope/videos/>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Timor-Leste desemprego chegou a 50%**. 2013. Disponível em:

<<http://sepfope.blogspot.com.br/2013/03/timor-leste-desemprego-chegou-50.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. 2013. **Timor-Leste desemprego chegou a 50%**. Disponível em

<<http://sepfope.blogspot.com.br/2013/03/timor-leste-desemprego-chegou-50.html>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SILVA, L. R. Campêlo et. al. In: congresso nacional da educação, IX, 2009, Paraná.

**Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na formação docente**. Paraná: PUCPR, 2009.

TIMOR AGORA. **Infraestrutura-Bázika Timor-Leste sei sai Problema Boot**. 2017.

Disponível em: <<http://timoragora.blogspot.com.br/2017/01/infraestrutura-bazika-timor-leste-sei.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

TIMOR HAU NIA DOBEN. **Visita S.E Presidente iha suku Marobo, Molop no Beco “eletricidade, estrada, bee-moos sai preokupasaun comunidade ba chefe Estado**.

2013. Disponível em: <<http://www.timorhauniandoben.com/search?q=Marobo>>. Acesso em 09 jan. 2017.

TIMOR-LESTE. **Dili capital of east Timor side**. 2013. Disponível em:

<<http://h2ndcreation.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Timor-Leste Plano Estratégico de desenvolvimento 2011-2030**. 2011. Disponível em: <[http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento\\_PT1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2016.

TRADING ECONOMICS. **Timor Leste – Taxa de desemprego**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/east-timor/unemployment-rate>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

XAVIER, Antônio Roberto; ALCÓCER, Juan Carlos Alvarado; OLIVEIRA, Jangirglédia (org). **Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação**. Fortaleza: Imprece, 2016.

ZANIN, Diane. **Análise da Evolução dos Principais Indicadores Macroeconômicos de Timor-Leste Desde a Independência**. Florianópolis. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121454/302657.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 dez. 2016.